



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO

Ata da 60ª Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Data: 17 de dezembro de 2009, às 09:00 horas

Local: Auditório do SISEMA

Endereço: Rua Bananal nº 549 – Vila Belo Horizonte - Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Roberto Ferreira Barbosa, primeiro Suplente e Assessor
2 Especial da SEMAD, representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais; Lucélio Nativo Assunção, Secretária de
4 Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE; Átila Alves e Costa e Deivid Lucas
5 de Oliveira, representantes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais –
6 FIEMG; Marcelo Ferreira Guimarães e Odin Silva Paula Filho, representantes do
7 Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais - IBAMA; Camilo de Lélis
8 André Melo e João Bosco Moraes Lopes, representantes da Federação das Associações
9 Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais –
10 Federaminas; Marcos Antônio Ferreira Veloso, representante do Conselho Regional de
11 Engenharia – CREA; Wellington Dias Silveira, representante da Secretaria de Estado
12 de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Dirceu de Oliveira Costa,
13 representante Conselho Municipal de Meio Ambiente – Codema – Pains; Antônio
14 Maria Claret Ribeiro, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
15 Regional e Política Urbana – SEDRU; Francisco de Assis Braga, representante da
16 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES; Roberto Soares Nogueira,
17 representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pará - CBH-Pará; Lessandro
18 Gabriel Costa, representante da ONG Associação Ambientalista do Alto São Francisco;
19 Marcos Antônio Vilela, representante da ONG Grupo Ar e Lucélio Nativo da
20 Assunção, representante da SEDE. **Item 1. Execução do Hino nacional Brasileiro.**
21 **Item 2. Abertura:** Roberto Ferreira Barbosa – Primeiro Suplente e Assessor Especial
22 da SEMAD – Deu posse ao Doutor Roberto Soares Nogueira, como conselheiro
23 representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará. “*Nós temos em mãos um*
24 *ofício do doutor Flávio Greco fazendo a indicação. Então, eu convido o doutor*
25 *Roberto para se sentar à mesa. O termo de posse será assinado no final da reunião.*
26 *Doutor Roberto, eu quero dizer da satisfação em tê-lo conosco participando*
27 *novamente, apesar de nunca ter nos deixado, mas é uma satisfação muito grande ter o*
28 *senhor de volta nessa mesa”. **Item 3. Comunicado dos Conselheiros.** Lessandro
29 Gabriel – Lagoa da Prata. Cumprimentou o Conselheiro Roberto Soares pela e falou de
30 sua contribuição para o Estado e da importância de sua participação no Conselho.
31 Dirceu - CODEMA-Pains. Cumprimentou o Conselheiro Roberto Soares, convidou a
32 todos os presentes para participarem da Segunda Conferência Municipal de Meio
33 Ambiente em Pains e de sua colação de grau na UNIFOR. Falou da importância da
34 participação no Conselho para sua formação e de como cresceu a partir de integração
35 ao COPAM. Roberto Barbosa, presidente. Cumprimentou o Conselheiro Dirceu e disse
36 “*que nesse Conselho nós todos aprendemos com os outros, porque isso aqui é uma*
37 *troca constante e se você mudou seu comportamento todos nós ao longo do tempo**



38 vamos mudando também. Isso que é importante para quem quer conviver, viver em
39 comunidade e buscar entendimento e relacionamento. Então está aqui o convite do
40 Dirceu”. Francisco Braga – ABES – “Eu acho que nesse final de ano não, não se
41 foram, onze ou dez reuniões, a gente tem que reconhecer a evolução de todo o trabalho
42 que vem sendo feito aqui pelo Conselho. Então acho que a gente, enquanto
43 conselheiros, que decidem a realidade ambiental que vamos viver, acho que a gente
44 cresceu. Passamos do embate para o diálogo. Certamente a gente discorda, eu acho
45 que isso é um avanço muito positivo e por outro lado, em termos da equipe técnica, a
46 gente também consegue perceber os avanços. Eu não sou demagogo o que eu digo é o
47 que eu penso realmente, então a gente consegue perceber que a cada dia mais a gente
48 tem menos detalhes, menos questões a serem questionadas nos pareceres técnicos.
49 Então eu acho que esse ponto é importante para nós enquanto Conselho, eu não sei
50 como funciona nas outras unidades nas regionais colegiadas, mas nós temos um
51 avanço significativo aqui na região do Alto São Francisco. Eu gostaria então de
52 cumprimentar ao doutor Roberto Barbosa, em particular, pela dificuldade de
53 coordenar os trabalhos e a todos os membros desejando um bom final de ano e um bom
54 princípio de ano”. – Roberto Barbosa, presidente. “Professor eu agradeço, mas eu
55 esperava do senhor uma mensagem para nos energizar no final do ano aí, o senhor
56 ficou devendo.” Camilo de Lelis – FEDERAMINAS – Cumprimentou ao Conselheiro
57 Roberto Soares, disse ter feito justiça a sua volta e desejou Feliz Natal e Feliz Ano
58 Novo a todos. **Item 4. Exame da Ata da 59ª RO, 17/11/2009, Divinópolis. Roberto**
59 **Barbosa, presidente**. Falou da impossibilidade de submeter ao exame do documento
60 uma vez que a empresa que foi contratada para elaborar o documento não fez a entrega.
61 Falou também que o Estado está processando pelo não cumprimento ao contrato e
62 sobre importância do documento para registrar os acontecimentos. Continuando o
63 presidente falou sobre a inversão da pauta motivada pelo pedido de vistas do processo
64 da Empresa e Participação Oeste de Minas e Táxi Aéreo Ltda, item 8.2, apresentado
65 formalmente pelo Ministério Público. Lessandro Gabriel – Lagoa da Prata – Questiona
66 sobre a legalidade de se conceder vistas a processo a Conselheiro ausente à reunião.
67 Roberto Barbosa, presidente. Afirma que é legal, mas diz que prefere que as vistas
68 sejam pedidas pessoalmente “porque a gente tem sempre ocasião naquele momento de
69 esclarecer alguma coisa que talvez não precise esperar trinta dias para votar aquele
70 processo. Muitas vezes eu falo: vamos verificar aqui etc., mas é legal pode fazê-lo.”
71 Vistas concedidas ao Ministério Público. Camilo de Lelis – FEDERAMINAS. Solicita
72 cópia do Regimento Interno. Roberto Barbosa, presidente. Lembra aos senhores
73 conselheiros que o Regimento foi debatido e distribuído durante treinamento, mas
74 pediu que a SUPRAM atendesse. Maria Cláudia Superintendente. Informa que tanto o
75 Regimento, quanto qualquer legislação relativa ao Meio Ambiente, encontra-se à
76 disposição no SIAM. Roberto Ferreira, Presidente. Concede espaço ao conselheiro
77 Dirceu, do CODEMA de Pains, para fazer uma apresentação aos Conselheiros e todos
78 presente. Dirceu – CODEMA Pains. Apresenta pesquisa sobre os CODEMAS das
79 cidades localizadas na região do Alto São Francisco. Segundo o Conselheiro, o objetivo
80 da pesquisa foi subsidiar o Centro de Referência da Revitalização do Rio São Francisco
81 na elaboração de projetos. A pesquisa, também, foi objeto de sua tese na UNIFOR e faz
82 convite para todos participarem. **Item 5. Processo Administrativo para exame de**
83 **Licença Prévia, concedida “Ad Referendum”. Item 5.1 Cooperativa Central dos**
84 **Produtores Rurais de Minas Gerais - Itambé. Prestação de outros serviços não**
85 **citados ou não classificados. Pará de Minas/MG. PA/Nº 15033/2009/001/2009.**



86 **Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF. Aprovada por unanimidade. Votação em**
87 **bloco. Roberto Barbosa** – *“Dirceu eu, gostaria de cumprimentar o conselheiro pelo*
88 *trabalho é, e eu fiquei surpreso com essa constatação sua, quando você disse que o*
89 *peçoal respondeu que falta legislação talvez o que falta é conhecimento da legislação*
90 *não é?” Dirceu – CODEMA Pains – Responde afirmativamente. Sônia, Chefe da*
91 *Assessoria Jurídica da SUPRAM Alto São Francisco. “Nós vamos fazer alteração na*
92 *pauta em razão de um equívoco. O item 10.7 Camp Indústria e Comércio Ltda. É um*
93 *processo de revalidação e não LOC. Então ele passa a ser o Item 11.1, alterando,*
94 *automaticamente todos os demais: o item 11.2 passa a ser a Empresa de Prestação de*
95 *Serviços-EMPRESER, o item 11.3, a EMBEC e o item 11.4, Frigorífico Chaparral. Isso*
96 *irá também interferir no item 10. Com a saída do item 10.7 que agora é 11.1, o item*
97 *10.8 Reciclagem de Materiais Sintéticos Guimarães que também se encontra em lugar*
98 *errado, pois é uma licença de operação, passa a ser o item 9.3 e o antigo 10.9, da*
99 *CEMIG passa a ser o item 10.9. Roberto Barbosa, presidente. Item 6. Processos*
100 **Administrativos para exame de Licença Prévia e de Instalação concomitante. Item**
101 **6.1. Siderúrgica União Ltda. Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos**
102 **com redução de minérios, inclusive ferro-gusa. Divinópolis/MG. PA/Nº**
103 **02443/2004/007/2008. Classe 5. Apresentação SUPRAM-ASF. (RETIRADO DE**
104 **PAUTA NA 57ª RO). Roberto Barbosa, presidente. Aprovado por unanimidade.**
105 **Roberto Barbosa, presidente. Item 6.2 Mineração Saldanha Ltda. Lavras a céu**
106 **aberto ou subterrâneo em áreas castigas com ou sem tratamento DNPM número**
107 **830853-1980 Pains/MG, PA Nº 00220/1989/005/2006. Classe 3. Item 6.2 Mineração**
108 **Saldanha Ltda. Lavra a céu aberto ou subterrâneo em áreas cársticas com ou sem**
109 **tratamento. DNPM Nº 830853/1980. Pains/MG. PA/Nº 00220/1989/005/2006.**
110 **Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF. RETORNO DE BAIXA EM**
111 **DILIGÊNCIA. Indeferido por unanimidade. Átila – FIEMG** – *“No nosso relatório*
112 *de vistas consta um histórico desse processo, mas vou diretamente à conclusão a que*
113 *chegamos. Considerando que anuência do IBAMA é imprescindível para qualquer*
114 *deferimento de licença de empreendimentos em áreas cársticas, considerando que a*
115 *prefeitura municipal de Pains publicou em dezenove de novembro de dois mil e nove o*
116 *decreto número quarenta que cria o monumento natural Jardim do Éden abrangendo*
117 *toda área da Mineração Saldanha, a Federação das Indústrias do Estado de Minas*
118 *Gerais, através de seu representante na Unidade Regional Colegiada do Alto São*
119 *Francisco sugere o indeferimento do processo de licenciamento do empreendimento*
120 *Mineração Saldanha. Esse é o nosso parecer.” Willian Freire – Empreendedor* – *“Bom*
121 *dia, inicialmente eu gostaria de cumprimentar os conselheiros, cumprimentar o Dirceu*
122 *pela graduação e dizer que eu tenho uma filha que é engenheira ambiental também,*
123 *sabe, é uma alegria em casa lá. É, eu ouvi com atenção a conclusão e gostaria de dizer*
124 *o seguinte a Mineração Saldanha é, atua no mercado há mais de décadas é, nós*
125 *compreendemos bem essa questão trazida pela dificuldade da anuência do IBAMA,*
126 *compreendemos também um decreto recente do município que declarou aquela área de*
127 *unidade de conservação. É, respeitamos a posição dos conselheiros, naturalmente e*
128 *decidimos é, acolher e não recorrer dessa decisão, mas a empresa gostaria de deixar*
129 *registrado em ATA aqui para os presente e para os conselheiros que ela entende que*
130 *há questões tanto em relação a anuência do IBAMA, tanto em relação a criação da*
131 *unidade de conservação que não foram discutidas com profundidade, então a empresa*
132 *acolheu, acolherá a decisão soberana aqui do Conselho, mas registra que sanadas*
133 *essas duas questões ela voltará aqui trazendo o processo para vocês não é. Eu só*



134 *queria deixar o último, duas mensagens finais, uma é que Mineração Saldanha deseja*
135 *exercer sua atividade com mais absoluto respeito a legislação e a mais absoluta*
136 *sustentabilidade ambiental, nós não queremos nada além disso. E minha segunda*
137 *mensagem é de um Feliz Natal para todos vocês. Muito obrigado” Dirceu – CODEMA*
138 *Pains – “A gente as vezes questiona sobre alguns processos, parece que está pegando*
139 *no pé, que está nos perseguindo, eu sou do município de Pains, conheço a maioria dos*
140 *problemas ambientais da região, conheço a empresa Mineração Saldanha, é, posso*
141 *testemunhar é uma empresa até, parece que é uma empresa difícil de trabalhar,*
142 *dialogar, mas é uma das empresas que eu tenho mais facilidade de chegar, conversar,*
143 *reunir, esses tipos de coisas, sempre me receberam muito bem, foram parceiros no*
144 *projeto de revitalização do rio São Miguel é, a gente isolou uma área as margens do*
145 *rio São Miguel, fizemos um plantio de mudas, fizemos um projeto de instalação de*
146 *lixreira na cidade, eles contribuíram, outras empresas também contribuíram claro,*
147 *entendeu? Quer dizer que ela está no grupo de, é, num grupo de empresas que quando*
148 *podem contribuem, mas, portanto, infelizmente ela é, está em um local polêmico do*
149 *ponto de vista ambiental e isso fez com que o IBAMA os estudos ambientais*
150 *apontassem que até o momento entendeu? Aponta que naquela região o entendimento*
151 *do órgão ambiental federal e dos estudos elaborados por eles é, não pode ter atividade*
152 *mineraria naquela região. O prefeito de Pains eu até conversei com ele ontem a*
153 *respeito disso é, agindo de uma forma responsável porque a gente já tem um bairro*
154 *sem água, não podemos atribuir isso a empresa, a gente nem sabe de onde que veio a*
155 *contaminação desse bairro e tudo, é por uma questão de responsabilidade é, criou uma*
156 *unidade de conservação na região, até mesmo porque os estudos realizados pelo*
157 *IBAMA aponta que se a região não for preservada o município de Pains, a cidade de*
158 *Pains pode ter o abastecimento público de água comprometido e essa unidade de*
159 *conservação não só afeta as empresas de mineração que são duas que são diretamente*
160 *afetadas não é? É, inclusive a própria administração pública municipal foi afetada, era*
161 *uma região que se pretendia criar lotes para construção de unidades habitacionais*
162 *para famílias carentes, infelizmente agora não vai ter como construir essas casas lá,*
163 *vai ter que buscar é, áreas em outros locais, é uma dificuldade muito grande, área*
164 *castiga, onde não tem gruta, inunda, outro tem pedreiro, então é a maior dificuldade,*
165 *traz transtorno inclusive para prefeitura de Pains, mas ao mesmo tempo o município*
166 *não pode fechar aos olhos para um estudo elaborado para um órgão reconhecido a*
167 *nível internacional, então é a manifestação que eu gostaria de fazer.” Willian Freire –*
168 *Empreendedor – “A agradeço as colocações entendo é, a empresa simplesmente deseja*
169 *que, eu não sei se vocês conhecem a história, mas o patriarca faleceu as herdeiras*
170 *agora estão trazendo uma administração é, profissional é, fora da família então é uma*
171 *fase nova dessa empresa e nós entendemos bem essa questão da sensibilidade das*
172 *coisas, o que a empresa entende é que, que é uma postulação natural, ela quer discutir*
173 *mais e trazer subsídios, discutir junto ao CNBIO discutir junto a prefeitura, junto ao*
174 *CODEMA é, e trazer aqui para os conselheiros mais subsídios, não é? A consciência*
175 *do conselheiro é soberana, mas a empresa entende que ela tem mais é, elementos para*
176 *trazer, tem mais elementos para levar para o CODEMA, mais elementos para levar*
177 *para o CNBIO e para o município também. Obrigado.” Roberto Barbosa, presidente.*
178 **Aprovado por unanimidade o indeferimento. Item 7. Processo Administrativo para**
179 **exame de Licença de Instalação Corretiva e Adendo ao Parecer Único. Item 7.1**
180 **Bairro Empresarial Dona Zeli - HLO Engenharia e Empreendimento Imobiliário.**
181 **Distrito industrial e área estritamente industrial. Nova Serra/MG. PA/Nº**



182 1291/2008/001/2008. Classe 5. Apresentação SUPRAM-ASF. **RETORNO DE**
183 **BAIXA EM DILIGÊNCIA.** “O parecer foi elaborado pela SUPRAM Alto São
184 Francisco e pelo indeferimento. É um retorno de baixa diligência e os responsáveis
185 técnicos são Saulo Carvalho Nunes, Clécio Eustáquio Gomides, Alan de Brito e Inácia
186 Guimarães Matar, em discussão”. Humberto Luciano de Oliveira - Proprietário da
187 empresa – “Nós fizemos esse empreendimento tentando suprir a cidade com lotes
188 industriais que é a vocação de lá e continuando vários projetos nossos, já requisitados,
189 tivemos esse probleminha de interpretação de área, eu gostaria de apresentar nossos
190 representantes para, técnicos para poder explicar melhor. Obrigado.” Clécio Gomides
191 - HLO Empreendimentos – “Bom, primeiro caracterizar o empreendimento da HLO,
192 consiste um loteamento industrial para indústria atacadista de Nova Serrana, como o
193 próprio Humberto disse, para suprir a necessidade de lotes para sapatarias e
194 indústrias afins de Nova Serrana. É, a área de empreendimento é de treze hectares, são
195 cento e quatorze lotes, com a área média de seiscentos e setenta metros quadrados,
196 mas tem lotes bem maiores, com mais de dois mil metros quadrados e os lotes menores
197 tem em torno de quinhentos e cinquenta metros. Bom, é, o parecer da SUPRAM do Alto
198 São Francisco é, sugeri indeferimento do processo por três questões, a primeira
199 questão é pela importância ambiental e ecológica da área não é? Nós vamos, eu quero
200 discutir e mostrar para os conselheiros como que foi isso, como que é essa discussão.
201 A segunda questão é sobre a existência de espécies protegidas por lei dentro da área
202 prevista para supressão do loteamento, que segundo a SUPRAM Alto São Francisco,
203 equipe técnica não tem como serem liberadas. E o terceiro ponto é com relação a
204 aplicação da lei 11.428 de dois mil e seis conhecida como lei da Mata Atlântica.
205 Contar um pouco da nossa história aqui na SUPRAM do Alto São Francisco, nós
206 protocolamos esse processo em julho de dois mil e oito e de lá até agora nós fizemos
207 inúmeras reuniões com a SUPRAM diversas vistorias, apresentamos todos os estudos
208 que foram pedidos pela SUPRAM, fizemos inúmeras discussões técnicas, jurídicas com
209 a equipe, mas infelizmente nós não chegamos num consenso. Consenso de
210 interpretação da portaria do IBAMA que protege a espécie e consenso de
211 enquadramento do estado de regeneração da vegetação secundária de mata Atlântica,
212 nós temos é, plena convicção do nosso posicionamento técnico e da interpretação da
213 portaria do IBAMA também. Bom, começando com a questão da importância
214 ambiental da área pleiteada, gostaria de contar para vocês não é, que não é novidade
215 para maioria dos conselheiros a problemática que se tem hoje em Nova Serrana. Nova
216 Serrana é o município mineiro que mais cresce e um dos municípios brasileiros
217 também que mais cresce, nós chegamos a ter taxa de crescimento anuais em Nova
218 Serrana de oito por cento, enquanto a média para o Brasil é menos de um por cento,
219 surgem em Nova Serrana anualmente dezenas de novas empresas calçadistas. Hoje nós
220 temos um total de cerca de mil empresas calçadistas em Nova Serrana, então há uma
221 demanda por imóveis para as empresas, enorme e essas empresas atraem uma mão de
222 obra enorme também direta e indireta, existem pessoas do Brasil inteiro que migraram
223 para Nova Serrana e precisam morar em algum lugar, então existe uma demanda
224 gigantesca por área em Nova Serrana, em contrapartida Nova Serrana se encontra
225 numa região muito problemática do ponto de vista de expansão urbana, no nosso
226 estudo ambiental nós mostramos a caracterização do relevo de Nova Serrana vinte por
227 cento, quarenta por cento, me desculpe, ondulado, quarenta por cento montanhoso,
228 então tem uma dificuldade muito grande de se encontrar terrenos passíveis de
229 ocupação. Eu tive oportunidade de trabalhar no órgão ambiental na FEAM depois da



230 *SUPRAM por época da aprovação do aterro sanitário de Nova Serrana, foi uma*
231 *questão muito complicada de se encontrar uma área que fosse minimamente possível*
232 *para implantação do aterro e os requisitos ambientais para se implantar um aterro*
233 *sanitário não é, alguns deles coincidem para implantação de um loteamento, acabou*
234 *que optou-se por uma área para aterro sanitário que não é a melhor ambientalmente*
235 *devido a área de recarga, mas não se encontrou outra área, então realmente é difícil se*
236 *encontrar uma área para Nova Serrana e não para de crescer. Para vocês terem uma*
237 *idéia Nova Serrana não tem problema com crescimento horizontal desordenado que a*
238 *maioria das cidades tem, não há espaços. Bom, com isso eu quero caracterizar a área*
239 *do nosso empreendimento. É, área do empreendimento está dentro de uma zona*
240 *preferencial para urbanização assim defina no plano diretor de Nova Serrana, esse*
241 *plano diretor foi aprovado no final de dois mil e sete, foi um plano diretor feito por*
242 *uma equipe multidisciplinar, com várias discussões, audiências públicas com a*
243 *sociedade onde se definiu por fim o zoneamento de Nova Serrana, que até então não*
244 *tinha zoneamento, o nosso empreendimento está numa zona preferencial para*
245 *urbanização. Nos fundos do empreendimento existe uma zona de proteção ambiental*
246 *não-edificável, sim agora vamos a importância ambiental da área, existe um maciço*
247 *florestal que tem duas tipologias, é floresta estacional semi-residual caracterizado*
248 *como mata Atlântica e se enquadra dentro da lei 11.428 e uma parcela de serrado, o*
249 *total desse maciço segundo o inventário florestal de Minas Gerais dá sessenta e cinco*
250 *hectares parte desses sessenta e cinco hectares é essa ZPA é o limite do perímetro*
251 *urbano do município, o nosso empreendimento está antes da ZPA, mas só que parte*
252 *desse maciço, oito hectares que representa doze por cento do total dos sessenta e cinco*
253 *por cento está dentro do nosso empreendimento, a nossa proposta é segundo a lei da*
254 *mata Atlântica enquadrando o estágio de regeneração da área, como estágio médio de*
255 *regionalização, manter trinta por cento da vegetação conforme preza a lei. Ok? Então*
256 *essa é a questão é, dessa zona de proteção ambiental. Agora eu gostaria que os*
257 *conselheiros, por favor, verificassem o adendo do SUPRAM Alto São Francisco na*
258 *penúltima página, não está numerado, item 4, controle processual. Por favor. Eu vou*
259 *ler o parecer, é o adendo parecer, conforme consta nesse parecer a área em questão é*
260 *um dos poucos fragmentos florestais representativos do município de Nova Serrana e*
261 *que está diretamente ligada numa zona de proteção ambiental na edificada definido no*
262 *plano diretor de Nova Serrana. Não é bem assim não é? A leitura desse parágrafo*
263 *pode sugerir uma interpretação errada. A área que é o fragmento florestal é o maciço*
264 *todo, é, oitenta e oito por cento dele está dentro da zona de proteção, uma parte dele*
265 *está dentro dos treze hectares que é o empreendimento da HLO, então o maciço*
266 *florestal que é importante é o todo, a HLO está pleiteando suprimir uma parte desse*
267 *maciço que está dentro do seu empreendimento, dentro da zona preferencial para*
268 *urbanização do município previsto no plano diretor. Só para deixar mais claro isso.*
269 *Seguindo ainda nesse controle processual item 4, eu gostaria de tirar uma dúvida com*
270 *equipe técnica da SUPRAM. Eu vou ler. É, a que se frisar que nessa área de proteção*
271 *ambiental está localizada a nascente do Ribeirão Fartura, ok. Mas lendo o parecer é*
272 *número 01200, desculpa, é o parecer 264460 é informado que essa nascente está*
273 *jusante da área em um loteamento antigo. Eu gostaria de saber qual informação é*
274 *correta e que os conselheiros devem considerar na sua avaliação. É, ok. Agora com*
275 *relação a existência de espécies imunes de corte dentro da parcela onde está sendo*
276 *sugerida a supressão. Não existem espécies imunes de corte dentro dessa parcela. São*
277 *listados, citados dois, duas espécies o Gonçalo Alves e o ipê amarelo, vamos começar*



278 pelo ipê amarelo, o ipê amarelo realmente ele é imune de corte não é? Existe a lei, até
279 citada no parecer (ininteligível) 9.743 que tem a seguinte redação é, diz que o ipê é
280 considerado de interesse comum preservação permanente, imune de corte, ok. Imune
281 de corte, mas só que quando nós fizemos o inventário florestal com duas parcelas, não
282 foi verificado nenhum exemplar de ipê amarelo, nós realizamos um censo, um
283 profissional devidamente habilitado para isso, para marcar, catalogar, marcar com
284 GPS de precisão todos os indivíduos na área, mais uma vez também não achamos não
285 é, durante essa verificação nenhum exemplar de ipê. E aí eu pergunto mais uma vez é,
286 no parecer único da SUPRAM é dito que existem vários exemplares de ipê na área não
287 é? A gente pode procurar aqui no texto, tem escrito. É no adendo ao parecer, a
288 informação é que existe apenas um, esse apenas um que foi identificado não é, como
289 ipê amarelo o nosso técnico marcou e identificou que não é ipê amarelo, pela folha
290 inclusive, então nós temos a informação. Em momento nenhum durante os nossos
291 estudos ambientais nós verificamos a ocorrência de ipê amarelo. Pode existir, de
292 repente ficou fora de uma parcela do inventário florestal e por é, por acaso mesmo não
293 foi verificado durante o senso, tudo bem. Caso exista, caso exista nós temos
294 posicionamento que não existe, ele pode ser deixado dentro de algum lote, os lotes são
295 grandes, o menor lote tem quinhentos e cinquenta metros quadrados. Ok. Passemos ao
296 Gonçalo Alves, o Gonçalo Alves ele é protegido por uma portaria do IBAMA, portaria
297 83.1991, mais uma vez eu quero fazer um comentário sobre o texto que está no
298 parecer, eu não estou localizando agora, mas eu lembro o quê está escrito na portaria
299 e no parecer, o parecer diz o seguinte o corte é exploração do Gonçalo Alves, aroeira
300 do sertão e outras espécies da mesma, não sei se o termo é família mesmo, fica
301 proibido o corte e exploração ponto final tá dentro do parecer. Essa informação está
302 incompleta, quando pegamos a portaria do IBAMA ela diz o seguinte o corte e
303 exploração dessas espécies está proibido dentro floresta primária, já foi caracterizado
304 que a floresta do nosso empreendimento é secundária, então ela se enquadra no
305 segundo artigo da portaria que diz que a exploração da espécie de Gonçalo Alves
306 depende de plano de maneira sustentável, nós não nos enquadrados em exploração e
307 muito menos e em plano de maneira sustentável, nós locamos todos os Gonçalo Alves
308 dentro da área de supressão, treze deles estão no armamento sendo necessário seu
309 corte, não exploração, nós não estamos explorando Gonçalo Alves, nós queremos o
310 corte de treze exemplares que estão no armamento é, nesse mesmo artigo remete a
311 autorização pra um manejo florestal sustentável, que vai de encontro ao objetivo de
312 nosso empreendimento, é parcelamento do solo, nós não fazemos exploração de
313 madeira, então nosso posicionamento é que nesse caso, nesse empreendimento não nos
314 enquadrados na portaria 83 de noventa e um do IBAMA. Agora eu gostaria de passar
315 com a permissão dos conselheiros para o professor Fabrício que é da área de, que tem
316 conhecimento da área e tem atribuição para área de florestas para poder dar uma
317 explicação melhor, porque eu sou engenheiro civil. Obrigado”. – Fabrício Furtado de
318 Souza - Engenheiro Agrônomo – HLO Empreendimentos – “Bom dia, sou engenheiro
319 Agrônomo, gostaria só de pontuar algumas coisas no parecer técnico que são alguns
320 erros principalmente relacionados a estatística básica que são vamos dizer bem
321 elementares, primeiro a que se fala o seguinte, uma das alegações da empresa para
322 apresentar o posicionamento dos indivíduos de Gonçalo Alves foi a possibilidade da
323 ocorrência de erros na identificação dessa espécie pela equipe responsável pela
324 elaboração do inventario é, não o erro da identificação o que nós questionamos foi o
325 seguinte o inventário ele é um processo de amostragem então foram amostrados dois



326 mil metros quadrados, qualquer processo de amostragem ele tem dois tipos de erro, o
327 erro amostral que seria aquele erro devido ao acaso mesmo é, vamos, como se a gente
328 tivesse comparando aqui dividindo a sala em vários grupos, se eu sorteasse aquele
329 canto ali e falasse, e extrapolasse o que eu achei ali para o resto da sala eu quero fazer
330 uma, saber o número de homens e de mulheres na sala, dividindo em vários grupos e
331 sorteio aquele dali, vocês vão ver que vai aparecer muito mais mulheres do que
332 homens, não é isso? Isso é um erro de amostragem, que dizer, a amostra que eu peguei
333 não foi de má fé, foi um sorteio, mas ela, acontece, então todo o tipo de amostragem
334 ele está sujeito a erro, isso aí não tem jeito, por isso que nós falamos é, com intervalo
335 de confiança de noventa e cinco por cento, o que quê é esses cinco por cento? É o
336 cinco por cento que seria a chance de eu estar afirmando a coisa errada devido ao
337 erro de amostragem e nós temos o erro não amostral que aí sim é um erro de medição
338 é um erro humano na hora de fazer a pesquisa. Então o que nós falamos aqui poderia
339 haver um erro de amostragem na hora de levantar os Gonçalves Alves, por quê? Porque
340 o número de Gonçalves Alves que foi levantado estava menor do que o foi levantado, o
341 que foi estimado pelo inventario florestal e eles estão lá marcados, estão todos eles
342 pintados está fácil de conferir lá no campo, é, e eles estão concentrados em alguns
343 pontos então talvez o erro de amostragem tenha sido devido ao o que? Locaram as
344 parcelas onde há um numero maior de Gonçalves Alves, então esse aqui seria a primeira
345 questão. A segunda questão eles falam o seguinte, não houve tratamento é, dos dados
346 coletados em campo, assim a validação do estudo não foi feita, a validação de um de
347 amostragem é feito através do erro padrão da média que basicamente vai levar em
348 consideração o que? A variância entre as amostras, então quer dizer, eu faço várias
349 amostras se elas são muito semelhantes uma em relação à outra o que quê acontece
350 meu erro é menor, porque eu estaria com a chance menor de naqueles lugares que eu
351 não amostrai tem uma diferença muito grande aqueles que eu amostrai e ao tamanho
352 da amostra, então foram lançadas duas parcelas e a variância entre essas duas
353 parcelas é muito pequena, então quer dizer é, o erro padrão da média do inventário
354 foi muito pequeno, mas isso é, esse erro padrão da média é em metros cúbicos, então
355 ele está levando em consideração o que? Então quer dizer ele não tem o erro padrão
356 da média, ele foi, todos os indivíduos foram identificados, eu posso ter um erro humano
357 eu ter identificado uma árvore como Gonçalves Alves que ela não é Gonçalves Alves ou
358 posso ter deixado de ter identificado uma, mas não existe erro de amostragem, porque
359 eu não estou pegando uma amostra e extrapolando para o resto, então eu não posso
360 comparar um desvio padrão que é uma medida de dispersão dos dados com erro
361 padrão da média, uma medida que no caso da identificação dos Gonçalves Alves a única
362 medida que nós fizemos foi do desvio padrão da média, se eu pegasse o desvio padrão
363 da média calculasse, olha desculpa, se eu pegasse o diâmetro da altura do peito
364 calculasse o desvio padrão dele e comparasse com o erro padrão que é metros cúbicos
365 de madeira eu estaria comparando o que? Melancia com banana, duas coisas
366 totalmente diferentes. Então não faz sentido à gente, é por quê? Porque nós temos no
367 caso do senso, uma estatística descritiva, nós estamos descrevendo o que realmente
368 tem em campo, enquanto que quando eu trabalho com amostragem eu estou fazendo o
369 que? Inferência estatística, eu com uma amostra estou inferindo o que tem no resto da
370 área. Outros erros aqui também foram com relação, que no meu ponto de vista, foram
371 com relação à questão de, é, quando eles colocam que a área, usaram uma certa
372 tendenciosidade na hora de identificar a área como estágio avançado, primeiro é, não
373 constaram no parecer a média do DAP que no relatório que nós passamos pra eles



374 *está calculado a média, numerado, até com a fórmula de média, pra não haver o erro*
375 *não é de.. A média do DAP é de 10,6 centímetros enquanto que a legislação fala que a*
376 *média do DAP no caso de estágio avançado é acima de 18 centímetros, também outra*
377 *tendenciosidade foi de não tentar constar a questão da altura das árvores, que quando*
378 *se fala em dossel acima de doze metros, a média do dossel das árvores ela é uma média*
379 *de 6,44 metros, eles expõem os dados, mas não expõem o seguinte que essa média ela*
380 *está distribuída de modo normal, se alguém está lembrado da distribuição normal eu*
381 *até trouxe algumas aqui pra gente, para o pessoal poder lembrar a ela, o que que*
382 *acontece no caso da distribuição normal, eu tenho a média, mais um desvio padrão e*
383 *menos um desvio padrão eu tenho aproximadamente 68%, então quando eles usam*
384 *extrapolam que o inventário florestal ele fez o que? Ele dividiu as árvores*
385 *estatisticamente, é, um extrato que estaria maior do que a média mais um desvio*
386 *padrão, um extrato, média mais um desvio padrão menos um desvio padrão e média em*
387 *extrato abaixo da média menos desvio padrão e é claro que se tende a distribuição*
388 *normal independente de qual medida que eu tenho, poderia ser o peso das pessoas*
389 *nessa sala, poderia ser a altura das pessoas nessa sala, podia ser uma vegetação em*
390 *regeneração, que tenha lá meio metro de altura, ela sempre vai apresentar no segundo*
391 *extrato aproximadamente 68% dos indivíduos e é claro se a gente jogar, considerar*
392 *isso nós vamos ver que 97% das árvores, 97,5 mais um pouquinho vai apresentar o*
393 *que? Diâmetro menor, olha altura menor do que 11,9 metros, é, e o que foi discutido*
394 *aqui foi que se pegou os parâmetros mais subjetivos da legislação e utilizou eles para*
395 *classificar como se fosse uma área em estágio avançado de regeneração e nós estamos*
396 *falando aqui da área que vai ser realmente desmatada, nós não estamos falando da*
397 *área que está sendo demarcada como área que vai ser preservada e todo levantamento*
398 *foi feito nas áreas que estão sendo proposto fazer o loteamento, é que realmente vão*
399 *ser loteadas. Então obrigado”. - Clécio Gomides – HLO Empreendimentos – “Só para*
400 *deixar bastante claro essa discussão a cerca do enquadramento do estágio*
401 *regeneração da floresta secundária de mata Atlântica por conta do artigo da lei não é?*
402 *Que diz que se for estágio médio de regeneração pode ser suprimido é, 70%, se for*
403 *estágio avançado pode ser suprimido apenas 50%. Nós temos o laudo técnico com a*
404 *devido RT do profissional caracterizando como estágio médio de regeneração. Bom,*
405 *no maciço como todo, existem parcelas estágio avançado, estágio médio, estágio*
406 *inicial, a nossa ponderação é que a maior parte está em estágio médio, inclusive a*
407 *parte onde nós propomos a supressão. Nós não estamos propondo supressão em área*
408 *de regeneração avançada não é? É, nós temos outros questionamentos, mas a gente*
409 *gostaria de ouvir primeiramente o posicionamento da equipe técnica do SUPRAM*
410 *sobre esses questionamentos colocados até então. Porque realmente a gente já trouxe*
411 *uma bateria de informações muito grande, eu tenho medo de se perder se a gente*
412 *continuar dando mais informações”. Roberto Barbosa. “Eu queria saber do*
413 *empreendedor se eles tiveram na SUPRAM o professor também e se esse assunto foi*
414 *discutido lá, porque é uma gama enorme de informação técnica que está sendo trazida*
415 *aqui, estatística inclusive não é? Eu acho que esse é um assunto muito técnico que tem*
416 *que ser consensado antes e o empreendedor abriu a fala dele dizendo o seguinte “não*
417 *houve consenso”, quer dizer esse assunto foi levado, foi discutido tecnicamente. Nós*
418 *vamos ouvir a opinião, nós vamos ouvir o posicionamento da SUPRAM que eu acho*
419 *que ele esclarece aos conselheiros, mas nós não vamos abrir polêmica nisso não,*
420 *porque isso deveria ter sido consensado lá, se não foi é porque os técnicos têm uma*
421 *posição, vão apresentar a posição deles e quando não há consenso cabe ao Conselho*



422 *decidir. Nós vamos ouvir a sua apresentação toda, apresentação toda da SUPRAM e*
423 *vamos decidir ok? Então, o senhor pode continuar eu estou lhe dando um tempo com*
424 *muito superior do que a gente concede, mas em caso de indeferimento eu acho que a*
425 *gente tem que explorar sim, porque um pequeno engano, uma pequena falha pode*
426 *jogar por terra todo um trabalho. Então o senhor continue, por favor, vamos ver se a*
427 *gente não se alongue muito, alonga muito.” Francisco Braga – ABES – “O senhor me*
428 *permite, por favor, uma parte questão de ordem, é, com relação à atribuição*
429 *profissional, eu não sei se vocês leram com relação a atribuição profissional, eu tomei*
430 *o cuidado de consultar o CREA em relação a atribuição profissional do agrônomo não*
431 *é, a atribuição profissional do agrônomo para trabalhar com inventário florestal são*
432 *só os agrônomos formados na década de sessenta, se não houver uma anotação*
433 *específica na carteira do profissional conferindo a ele essa habilitação, ele não está*
434 *habilitado atuar, é, inventário, então eu gostaria de saber inicialmente porque isso é*
435 *uma questão de ordem”. Fabrício Furtado de Souza - Engenheiro Agrônomo – HLO*
436 *Empreendimentos . “Já pesquisei com relação a isso, na verdade o inventário não foi*
437 *eu que fiz tá, o inventário quem fez foi o engenheiro florestal com a equipe*
438 *multidisciplinar, com relação a identificação das árvores que foi o que nós fizemos, aí*
439 *sim o agrônomo tem essa atribuição e eu também se for o caso envolve a relação das*
440 *disciplinas feitas durante a graduação, eu fiz dendrologia e fiz mais uma série de*
441 *disciplinas da engenharia florestal.” – Francisco Braga – ABES – “Só uma questão de*
442 *ordem novamente. É se uma equipe multidisciplinar liderada por um engenheiro*
443 *florestal fez um inventário não é? Inclusive aqui está dito que o material foi enviado à*
444 *Universidade Federal de Lavras para identificação botânica, foram lançadas, duas*
445 *parcelas de mil metros, dois mil metros quadrados amostrados não é?. É um trabalho*
446 *que tem biólogo é uma equipe bem maior. Então a outra questão de ordem que eu*
447 *levanto, como um agrônomo que não tem atribuição para questionar ou trabalhar com*
448 *inventário questiona ou pode questionar um inventario florestal?” – Fabrício Furtado*
449 *de Souza - Engenheiro Agrônomo – HLO Empreendimentos. “Não, nós estamos*
450 *questionado Francisco outra coisa diferente é a questão da amostragem, não é porque*
451 *se amostrou numa área está um de Gonçalo Alves que ela necessariamente vai existir*
452 *na área como um todo, isso que nós estamos falando, é a questão estatística. O*
453 *trabalho que nós fizemos foi o que? Identificar os Gonçalos Alves e marcar eles em*
454 *campo, estão todos marcados em uma planta, locados onde eles estão, agora a questão*
455 *do inventário volume de madeira tudo, isso não foi trabalhado, por mim não. Já está*
456 *no inventário florestal.” Francisco Braga – ABES – “Na minha opinião, nós*
457 *precisaríamos ouvir o CREA pra saber se o profissional que está questionando tem*
458 *habilitação profissional para isso. Eu não sei responder, então eu teria que ver a RT o*
459 *que quê foi anotado na RT pra ver se existe essa atribuição, caso contrário nós*
460 *poderíamos desconsiderar todas as questões que são postas aqui.” Roberto Barbosa,*
461 *presidente. “O que eu tenho a dizer no nosso entendimento é que para fazer o*
462 *inventário florestal é necessário que seja um engenheiro florestal, isso está claro. A*
463 *SUPRAM tem o engenheiro florestal que avaliou o estudo que foi feito segundo disse o*
464 *empreendedor pelo engenheiro florestal dele, um engenheiro agrônomo está trazendo*
465 *aqui alguma contribuição que ele julga que pode esclarecer o...” Fabrício Furtado de*
466 *Souza - Engenheiro Agrônomo – HLO Empreendimentos. “Hora nenhuma é um*
467 *inventário florestal”. Roberto Barbosa, presidente – Agradeceu a presença, mas*
468 *reiterou que o entendimento pelo conhecimento que tem o inventário florestal é feito*
469 *por engenheiro florestal. – Francisco Braga – ABES – “Só mais uma questão. Por que*



470 a empresa não chamou os mesmos profissionais que fizeram o inventário para
471 certificar as informações? Foi usada uma outra equipe que não tem habilitação
472 profissional. “Vamos chamar os mesmos, eu já paguei pra fazer o inventário.” Porque
473 é caro, então não trabalhar a mesma equipe, por que quê a equipe mudou?” Clécio
474 Gomides – HLO Empreendimentos – “Os profissionais responsáveis foram dois
475 engenheiros florestais, o responsável pelo inventário florestal foi o engenheiro Alan
476 que hoje trabalha na SUPRAM-Sul de Minas e alegou não poder participar da reunião
477 em virtude de trabalhar em um órgão ambiental. Na época, frisar bem, na época foi
478 feito inventário florestal pelo engenheiro florestal, ele não trabalhava no órgão. Eu
479 gostaria de justificar o porque da demora, porque eu estou tentando expor aqui em
480 poucos minutos o que foi discutido em um ano e meio de análise junto ao órgão
481 ambiental e nesse um ano e meio não conseguimos chegar num consenso, sugiro, não
482 sei se isso é possível dentro do regimento do Conselho, que se eleja um perito, vamos
483 eleger um perito e ele vai dizer se é estágio avançado ou estágio médio. Nós temos as
484 duas, os dois posicionamentos técnicos feitos por profissionais habilitados. Muito
485 obrigado.” Roberto Barbosa, presidente – Agradece e pede para ouvir o que a equipe
486 técnica da SUPRAM tem a dizer. Paula – SUPRAM do São Francisco. Apresenta a
487 equipe que analisou o processo e faz feita uma apresentação detalhada do
488 empreendimento: Maria Claudia – Superintende da SUPRAM Alto São Francisco “Só
489 para deixar o Conselho ciente do histórico desse processo, é, realmente como o Clécio
490 falou esse processo entrou em Agosto de dois mil e oito aqui na SUPRAM aí já tinha
491 realizado um parecer único pelo indeferimento do processo ele chegou a ser pautado
492 esse processo e ele foi retirado de pauta porque o inventário florestal apresentando a
493 época ele mesmo atestava inviabilidade do empreendimento então não é, pelas espécies
494 ameaçadas e pelas espécies protegidas por lei e pela ocorrência da mata Atlântica
495 então o nosso parecer foi só é, ratificando aquilo que o engenheiro florestal contratado
496 pela empresa tinha dito no inventário, então foi retirado de pauta a pedido da empresa
497 para que fosse feito um senso não é, um novo estudo sobre essas espécies e sobre todos
498 esses pontos de que o inventário trazia como inviáveis para a instalação do
499 empreendimento, foi dado essa chance a empresa, ela fez o senso, mas não readequou
500 o projeto não é, então realmente o projeto é o mesmo que está vindo para essa nova
501 votação e então outra alternativa não resta a SUPRAM senão o indeferimento desse
502 processo não é? E também tem uma outra questão, é exatamente, as espécies com, o
503 tratamento das espécies isoladas pleiteado pela empresa na verdade é a supressão de
504 vegetação é ocorrida ela vai isolar as espécies e após isso a empresa quer que a gente
505 aplique a portaria de espécies isoladas, então isso é um dissenso ambiental, não tem a
506 mínima possibilidade de acontecer e lembrando também o Conselho que
507 recentemente veio um processo similar, é a votação que é o processo da Medina que
508 deu tampa ou mais polêmica que esse processo não é? A gente fez, esse processo ficou
509 dois anos parado na SUPRAM não é, em discussão na SUPRAM, a empresa a gente
510 deve ter feito mais de dez reuniões, vistorias, foram mais de cinco vistorias nesse
511 empreendimento e teve o mesmo tratamento não é, existem estágios, é, diversos
512 estágios de regeneração da mata Atlântica na área e foi dado o principio da maior
513 proteção e no caso da Medina houve a proteção de 50% que é o que a gente exige que
514 a empresa HLO Engenharia faça também, só que para isso ela precisa de adequar o
515 projeto e não o fez. Então, é isso é só um breve resumo da história do processo.” –
516 Wellington – SEAPA. “Primeiramente só comentar um pouquinho aqui a respeito
517 quando ele fala que Nova Serrana está crescendo 8%, eu acho que o Conselho ele tem



518 *que partir do principio de sustentabilidade, será que é sustentável não é, o município*
519 *inclusive o companheiro falou que trabalhou na SUPRAM foi uma dificuldade de achar*
520 *um aterro sanitário, imagina daqui vinte, trinta anos se continuar crescendo 8%. É eu*
521 *trabalhei na região do triângulo a própria cidade de Uberlândia ela já pensa em*
522 *crescimento regional, você tem ali do lado Nova Serrana, São Gonçalo, Perdigão,*
523 *Araújo que tem que crescer junto com Nova Serrana também senão vai criar o mesmo*
524 *problema que criou no triangulo, hoje há não é, uma inversão disso. Então a principio*
525 *é isso, eu acho que a justificativa de crescimento ela não sobrepõe a sustentabilidade,*
526 *outra coisa que eu queria falar sobre o ipê amarelo se for uma espécie que deu tanta*
527 *polêmica, vocês viram o ipê amarelo lá, eu só gostaria de saber foi feito já o*
528 *reflorestamento dessas espécies lá? Então só um questionamento falando assim para*
529 *evitar polêmica, eu acho que o trabalho de vocês é não é, fora de sério, mas já que era*
530 *uma espécie que estava dando tanta polêmica apesar do GPS não ser de tanta precisão*
531 *se chegasse perto a árvore estava florida e tirasse um ponto já referenciado seria mais*
532 *uma questão, é, assim mais uma questão de segurança, não de necessidade, mas sim de*
533 *segurança pra poder numa discussão futura falar, não é ali está já referenciado vamos*
534 *lá ver.” – Marcos Vilela – Ong Grupo AR. “Eu gostaria de saber dos técnicos em*
535 *relação ao desmate que houve. O empreendedor fez esse desmate sem ter*
536 *autorização?” – Paula – SUPRAM do Alto São Francisco – “Respondendo as duas*
537 *perguntas o georeferenciamento do ipê amarelo na primeira vistoria ele não foi feito,*
538 *foi só levantado mesmo, e a gente tirou um ponto geral de coordenadas. O desmate ele*
539 *foi feito sem autorização porque o processo ainda estava tramitando aqui na SUPRAM*
540 *e ele não tinha APEF concedida e por isso foi lavrado um auto de infração, para o*
541 *empreendimento que já estava paralisado porque o processo estava tramitando aqui e*
542 *esse desmate ele não foi autorizado.” – Marcos Vilela – Grupo AR. “Pois é a gente*
543 *fica numa situação complicada porque se o empreendedor teve a coragem de tomar*
544 *uma atitude igual ele tomou sem ter nenhuma autorização para isso, imagina o que ele*
545 *poderá fazer além disso. Foi levantado o dano, entendeu? De uma certa forma desse*
546 *desmate que foi feito lá? As conseqüências desse desmate o que vai trazer agora no*
547 *período de chuva em relação à carreamentos sólidos dos cursos de águas, as espécies*
548 *que foram suprimidas, se dessas madeiras que estavam no local existia algumas*
549 *espécies imune de corte”. – Paula – SUPRAM Alto São Francisco – “Não houve*
550 *Marcos, por ser um desmatamento que eu acredito que seja, o desmatamento é ilegal,*
551 *eu acredito que esses dados eles não foram levantados, eu posso estar enganada se*
552 *houve esse levantamento. Não, não houve. Então os danos são aqueles mesmo quando*
553 *a gente, é, retira a cobertura vegetal de um local, existe o carreamento dos sedimentos*
554 *para as áreas que estão preservadas, o efeito de borda como eu havia falado, da*
555 *supressão, por essa supressão ele passa todo para outra área que até então estava*
556 *protegido. E se houve espécies legalmente protegidas a gente não sabe porque não*
557 *existe o levantamento.” Marcos Vilela – Grupo AR – “E dentro do auto de infração ele*
558 *vai assumir o compromisso de estar recuperando essa área?” – Paula – SUPRAM do*
559 *São Francisco – “É uma obrigação não é?” Camilo de Melo – FEDERAMINAS – “Eu*
560 *gostaria só de perguntar ao Clécio, só tomar uma dúvida que me restou aqui. Foi*
561 *proposto a vocês adequação do projeto? Porque toda vida eu sou favorável a chegar a*
562 *um acordo, desde que preserve o meio ambiente, se foi proposto a vocês uma*
563 *adequação do projeto a essa nova realidade? Só isso que eu quero saber”. – Clécio –*
564 *HLO Empreendimentos – “Nós não modificamos o projeto geométrico do loteamento,*
565 *mas deixamos bem claro que não estávamos propondo cortar os 30% que a lei define*



566 como o que deve ser preservado, porque lá é estágio médio de regeneração.” Camilo
567 de Melo – FEDERAMINAS – “Pois é Clécio então você já me respondeu, eu acho que
568 vocês podiam ter adequado o projeto, se a rua ia cortar um ipê amarelo, fazia uma
569 curva nela, se outro ia ficar dentro do lote pusesse na escritura, olha esse ipê amarelo
570 que está aqui dentro do lote não pode ser cordado, tem que fazer adequação vocês não
571 fizeram” Clécio – HLO Empreendimentos – “Só continuar te respondendo, é,
572 continuar respondendo o conselheiro Camilo nós não verificamos nenhum ipê amarelo
573 se nós estivéssemos verificado ipê amarelo no armamento sem dúvida que nós
574 mudaríamos o traçado do loteamento, porque o ipê amarelo é imune de corte, no caso
575 do Gonçalo Alves ele não é imune de corte, nós não nos enquadrámos na portaria do
576 IBAMA. Não faz sentido falar em manejo sustentável pra parcelamento do solo, nós
577 queremos cortar treze exemplares de Gonçalo Alves, nós não estamos explorando
578 Gonçalo Alves. E outra coisa... Eu gostaria de saber da equipe técnica se corte e
579 exploração são sinônimos. Porque a portaria do IBAMA fala em corte e exploração
580 para floresta primária, pra floresta secundária restringe apenas a exploração. Muito
581 obrigado.” – Francisco Braga – ABES – “Eu acho que dois pontos importantes, se eu
582 tenho um maciço florestal como aquele e as vezes se faz isso na Amazônia eu deixo lá
583 somente as castanheiras que são preservadas por lei, ou deixou os ipês, essas árvores
584 vão morrer, elas vão entrar num processo de senescência Camilo não adianta deixar
585 isso isolado, isso não é solução ou eu deixo a árvore dentro do ecossistema natural ou
586 então eu elimino tudo. A segunda questão que está sendo proposta é o seguinte, no
587 entendimento da portaria do IBAMA só é passível nessas áreas fazer manejo florestal
588 sustentável, ou seja, eu não posso fazer alteração de uso do solo, converter esse solo
589 para outro uso a não ser florestal, isso é que quer dizer. Eu não sei se vocês tinham
590 entendido isso, então o primeiro ponto, não adianta deixar indivíduos isolados.
591 Segundo ponto nessas áreas está previsto somente o manejo florestal, eu não posso
592 fazer supressão, corte, alteração do uso. E o terceiro ponto só para fechar não é, se eu
593 tenho um fragmento e nós estamos hoje com uma proposta de desmatamento zero, eu
594 acho que todo mundo já ouviu falar nisso aqui, será que não havia possibilidade de
595 adequar o projeto para poder resgatar ou resguardar esse maciço que foi identificado
596 no plano diretor do município não é. Eu acho que nós temos que fazer isso e nós aqui
597 enquanto conselheiros, isso é uma responsabilidade muito grande de tomar decisão é o
598 que eu sempre falo aqui, de qual o meio ambiente que nós estamos construindo e qual
599 o meio ambiente que nós estamos deixando para gerações futuras sem demagogia, a
600 hora que aprovo aqui que pode desmatar, que pode tirar o habitat nós estamos
601 aprovando, nós estamos construindo esse ambiente, então fica na consciência de cada
602 um qual o ambiente que querem construir não é. Depois fica lá “ah não acho uma
603 jaguatirica ali perdida, achou não sei o que”, exatamente porque o local onde eles
604 viviam está sendo cada vez mais diminuído.” Átila – FIEMG – Eu estou numa dúvida
605 com relação a questão, segundo o diagnóstico ambiental aqui do parecer segundo o
606 plano diretor de Nova Serrana a área adjacente a área do loteamento é considerada
607 como zona de proteção ambiental não edificável por tanto a área do loteamento torna-
608 se uma zona de amortecimento para área adjacente, quer dizer, ela, a área de
609 loteamento não é considerado como uma área não edificável, é isso?” – Paula –
610 SUPRAM Alto São Francisco – Repassa a apresentação e responde “Não a área do
611 loteamento não é considerada como uma zona de proteção especial, mas ela está
612 protegendo, ela está servindo como um tampão para essa área que é uma zona de
613 proteção ambiental. É só demonstrar ali no mapa novamente. Átila é o seguinte onde



614 *você está vendo o polígono é o limite da zona edificável com a zona não edificável*
615 *então dali para trás, exatamente dali para trás tudo já essa zona de proteção especial*
616 *definida no plano diretor. Isso. O fragmento todo.” Roberto Barbosa, presidente.*
617 *Conselheiros mais alguma observação? Então eu vou colocar em votação, é. Tem mais?*
618 *Eu acho que já houve toda discussão técnica que o senhor vai apresentar algum dado*
619 *novo técnico? – Humberto Luciano – HLO Empreendimentos. Fala de um laudo*
620 *dizendo que a área não tinha vegetação nativa e pede para apresentar aos conselheiros.*
621 *Roberto Barbosa, presidente. Pergunta se os documentos foram levados à SUPRAM*
622 *quando as reuniões ocorreram. Humberto Luciano – HLO Empreendimentos – Eu*
623 *tenho a defesa junto à SUPRAM com relação ao desmatamento e não tive resposta até*
624 *hoje. Francisco Braga – ABES – “Só para completar então no parecer técnico está*
625 *dizendo cento e vinte metros cúbicos de madeira e zero sete hectares. Vocês sabem o*
626 *que quê é isso? Um povoamento de eucalipto maduro ele vai dar uns cento e oitenta a*
627 *duzentos metros cúbicos por hectare, aqui são zero sete. Então veja o volume de*
628 *madeira. Está escrito aqui, está escrito aqui. Eu li isso. Vocês sabem o que quê é cento*
629 *e vinte metros cúbicos de madeira, alguém tem noção é madeira sólida não empilhada*
630 *não tá é dez por doze é uma sala muito maior do que esta, então quer dizer isso mostra*
631 *que a vegetação tem uma pujança senão não teria esse rendimento volumétrico.”*
632 *Clécio – HLO Empreendimentos. “Bom, acredito que nós não estamos julgando o auto*
633 *de infração nem eu fui contratado para defender o auto de infração do empreendedor,*
634 *existe um processo paralelo, o empreendedor discorda diz que esse parecer está errado*
635 *ponto. Com relação Medina, é, Empreendimentos que foi votada na última reunião por*
636 *deferimento é um processo muito similar ao nosso ao invés de ter Gonçalo Alves, tem*
637 *Aroeira do Sertão que é protegido pela mesma portaria, não foi feito sensu e*
638 *levantamento de cada espécie para verificar se estava no arreamento e foi aprovada.*
639 *Não, eu pedi vistas desse processo como cidadão há uma semana eu tenho o protocolo*
640 *disso e não consegui ver o processo até hoje. Muito obrigado”. Roberto Barbosa,*
641 *presidente* **Item 7. Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação**
642 **Corretiva e Adendo ao Parecer Único. Item 7.1 Bairro Empresarial Dona Zeli -**
643 **HLO Engenharia e Empreendimento Imobiliário. Distrito industrial e área**
644 **estritamente industrial. Nova Serrana/MG. PA/Nº 1291/2008/001/2008. Classe 5.**
645 **Apresentação SUPRAM-ASF. RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA.**
646 *Aprovado indeferimento por unanimidade. Roberto Barbosa, presidente “Voltando a*
647 *nossa pauta eu ou ler os processos e se algum tiver algum destaque, por favor, se*
648 *manifeste. Item 5.1. Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais*
649 *Itambé . Prestação de outros serviços não citados ou não classificados Pará de Minas*
650 *– Minas Gerais. PA número 15033/2009/0001/2009. Empreendimento Classe 3,*
651 *parecer da SUPRAM do Alto São Francisco, responsável técnico Mauricio Petenusso e*
652 *o parecer é favorável à concessão, validade de quatro anos. Item 6.1. Siderúrgica*
653 *União Ltda. Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minério*
654 *inclusive ferro-gusa. Divinópolis – Minas Gerais. PA número 02443/2004/007/2008.*
655 *Empreendimento Classe 5. Parecer da SUPRAM Alto São Francisco favorável à*
656 *concessão da licença, com validade de quatro anos, foi retirado de pauta na 57ª*
657 *reunião, responsável técnico é Idalmo Montenegro de Oliveira. Item 8.1. Mineração*
658 *Turmalina Ltda. Lavra subterrânea com tratamento a úmido exceto a pegmatitos e*
659 *gemas e lavra a céu aberto, minerais metálicos exceto minério de ferro Conceição do*
660 *Pará – Minas Gerais. PA número 1154/2005/007/2009. Empreendimento Classe 6,*
661 *parecer da SUPRAM do Alto São Francisco, foi retirado de pauta na 58ª reunião,*



662 responsáveis técnicos Nível Tadeu Lasmar Pereira, Josino Gomes Neto, Maria
663 Guimarães Santos e Reinaldo Nogueira Magalhães. O parecer é favorável à
664 concessão, validade de quatro anos. Item 9.1. Mineração Turmalina Ltda. Barragem
665 de contenção de rejeitos, Conceição do Pará – Minas Gerais. PA número
666 1154/2005/008/2008. Empreendimento Classe 6, parecer da SUPRAM Alto São
667 Francisco, responsáveis técnicos Nível Tadeu Lasmar Pereira e Rilson Vitor de
668 Oliveira, o parecer é favorável à concessão, validade de quatro anos. Item 9.2. RH
669 Lavanderia Ltda. Lavanderia industrial com tingimento, amaciamento e outros
670 acabamentos em roupa, peças, vestuários e artefatos de diversos tecidos. Divinópolis –
671 Minas Gerais. PA número 01506/2007/002/2009. Empreendimento classe 3, parecer é
672 da SUPRAM Alto São Francisco, o responsável técnico Helbert Silva Batista, parecer
673 favorável à concessão, validade de seis anos. Item 9.3. Reciclagem de Matérias
674 Sintéticas Guimarães Ltda. Transporte rodoviário de resíduos perigosos,
675 empreendimento de classe 1 e transporte rodoviário de produtos perigosos conforme
676 decreto federal 96044, de 18/05/1988. Nova Serrana – Minas Gerais. PA número
677 11286/2008/002/2009. Empreendimento classe 3, parecer da SUPRAM Alto São
678 Francisco favorável à concessão, validade de seis anos, responsável técnico Mariana
679 Bento de Toledo. Item 10.1. Kátia Calçados Ltda. Fabricação de calçados em geral.
680 Nova Serrana – Minas Gerais, PA número 01837/2005/001/2008. Empreendimento
681 classe 3, o parecer é da SUPRAM Alto São Francisco, favorável à concessão, validade
682 de seis anos, responsável técnico Heleno Batista de Freitas. Item 10.2. Calçados
683 Pixone Indústria e Comércio Ltda. Fabricação de calçados em geral. Nova Serrana –
684 Minas Gerais. PA número 06290/2009/001/2009. Empreendimento classe 3, parecer é
685 da SUPRAM Alto São Francisco, favorável à concessão, validade de seis anos,
686 responsáveis técnicos Luiz Gustavo Lamounier de Moraes e Eduardo de Oliveira
687 Bueno. Item 10.3. S&D Madeiras Ltda. Tratamento químico para preservação da
688 madeira. Martins Campos – Minas Gerais. PA número 17975/2007/001/2009.
689 Empreendimento classe 3, parecer é da SUPRAM Alto São Francisco, favorável à
690 concessão, validade de seis anos e o responsável técnico Custódio Felício de Andrade.
691 Item 10.4. TWG Indústria e Comércio de Madeiras e Produtos Ltda. Tratamento
692 químico para preservação da madeira. Formiga – Minas Gerais. PA número
693 03982/2007/001/2009. Empreendimento classe 3, o parecer da SUPRAM Alto São
694 Francisco, favorável à concessão, validade de seis anos, responsável técnico Elmo
695 Nunes. Item 10.5. Cerâmicas Ramos e Pinto Ltda. Fabricação de tijolos com utilização
696 de resíduos siderúrgicos. Cláudio – Minas Gerais. PA número 00384/2003/003/2007.
697 Empreendimento Classe 5, parecer da SUPRAM Alto São Francisco, favorável à
698 concessão, validade de quatro anos, responsável técnico Clever Greco Guimarães.
699 Item 10.6. Cerâmica João de Barro Ltda. Outras formas de tratamento ou de
700 disposição de resíduos não listados ou não classificados. Igaratinga – Minas Gerais.
701 PA número 06153/2007/001/2009. Empreendimento classe 3, o parecer é da SUPRAM
702 Alto São Francisco, favorável à concessão, validade de seis anos, responsável técnico
703 Paulo Tarso Campos Ferreira. Item 10.7. CEMIG Distribuição S.A. Linha de
704 transmissão e subestação de energia elétrica. Divinópolis – Minas Gerais. PA número
705 10378/2006/001/2007. Empreendimento classe 4, parecer da SUPRAM Alto São
706 Francisco, favorável à concessão, validade de seis anos, o responsável técnico é a
707 CEMIG. Item 11 – Processo administrativo para exame de revalidação de licença de
708 operação. Item 11.1. Camp Indústria e Comércio Ltda. Formulação de rações
709 balanceadas e de alimentos preparados para animais. Bom Despacho - Minas Gerais –



710 PA Nº 00859/2003/002/2008. Classe 4. Apresentação SUPRAM Alto São Francisco.
711 Destaques nos itens 10.7 , 11.1 e 11.2. Empresa de prestação de serviços Ltda.,
712 produção de concreto betuminoso usinado a quente, Bom Despacho – Minas Gerais,
713 PA número 00263/1995/005/2009 empreendimento de classe 3, o parecer é do
714 SUPRAM Alto São Francisco favorável a concessão na validade de seis anos,
715 responsável técnico José Gomes Machado. 11.3 Embec Indústria de Beneficiamento de
716 Carvão Ltda., reciclagem de beneficiamento de finos e (ininteligível) de carvão e pó de
717 balão, São Gonçalo do Pará – Minas Gerais, PA número 01729/2002/002/2009
718 empreendimento de classe 5, o parecer é da SUPRAM Alto São Francisco favorável a
719 concessão na validade de seis anos, o responsável técnico Henrico Lara Chaves. 11.4,
720 11.4 nós vamos deixar em destaque porque está pelo indeferimento. 12 – Processo
721 prorrogação de prazo de condicionantes. 12.1 COOPETEX Cooperativa de Produção
722 de Artigos Têxteis Fiação de Animal Lã Fibras Duras e Fibras Artificiais Semi
723 Acabado, Itaúna – Minas Gerais, PA número 00891/2003/003/2008, empreendimento
724 de classe 3, o parecer é da SUPRAM Alto São Francisco, e é pelo deferimento, o
725 responsável técnico não foi informado. 12.2 João Flávio de Carvalho Madeira
726 Brasil Central Ltda., desdobramento da madeira e tratamento químico para
727 preservação da madeira, Bambuí – Minas Gerais, PA número 0456/2008/001/2008
728 empreendimento de classe 5, parecer da SUPRAM Alto São Francisco, é pelo
729 deferimento, o responsável técnico Júnia Aparecida Bernardes Afonso. E o treze fica
730 em separado para o final. Então desses todos aonde nós temos destaque? 6.1, 8.1, 10.7,
731 9.2, 10.3, 10.4, 10.9 e 11.1 e 11.4 também ficou fora e o treze não foi falado, mas
732 algum destaque? Então vamos lá. Então nós vamos votar aqui em bloco.” Maria
733 Cláudia – SUPRAM Alto São Francisco – “A gente teve uma alteração de pauta,
734 porque houveram alguns processo de revalidação que estavam em pontos errados na
735 pauta não é, processo de revalidação no ponto de licença de operação corretiva. Então
736 eu vou falar os destaques com o nome da empresa pra não restar dúvida. É o destaque
737 no ponto 6.1 Siderúrgica União, confere? Destaque no 8.1 Mineração Turmalina. É
738 9.1 também Mineração Turmalina? Não. É destaque no ponto 9.2 RH Lavanderia.
739 Confere professor 9.2 RH Lavanderia? No item 10.3 S&D Madeiras Ltda. 10.4 TWG
740 Indústria e Comércio de Madeiras. 10.7 Reciclagem Materiais Sintéticos Guimarães.
741 CEMIG Distribuição. 11.2 Empresa de Prestação de Serviços Ltda. 11.4 Frigorífico
742 Chaparral que está pelo indeferimento e 13.1 também que vai ser discutido. – Roberto
743 Barbosa. “Então nós estávamos votando agora 5.1 Cooperativa Central de Produtores
744 Rurais de Minas Gerais Itambé, 9.1 que é Mineração Turmalina Ltda. 9.3 Reciclagem
745 de Matéria Sintética Guimarães Ltda, não? O 5.1 eu já falei a Cooperativa. Gente, 9.3
746 Reciclagem de Matéria Sintética Guimarães tem destaque? Então o 9.3 está nesse
747 bloco. O 10.1 Kátia Calçados Ltda., 10.2 Calçados Pixona Indústria e Comércio Ltda.,
748 10.5 Cerâmica Ramos Pinto Ltda., 10.6 Cerâmica João de Barros Ltda., 11.3 Embec
749 Indústria de Beneficiamento de Carvão Ltda., 12.1 COOPETEX Cooperativa de
750 Produção de Artigos Têxteis e 12.2 João Flávio de Carvalho Madeira Brasil Central
751 Ltda., quem concorda com o parecer da SUPRAM em discussão? Todos eles, mas já
752 discutimos não é? Então em votação quem concorda com o parecer da SUPRAM para
753 esses itens permaneça como está. **Aprovados por unanimidade**”. Item 6.1.
754 Siderúrgica União Ltda., siderurgia e elaboração de produtos com redução de minério
755 inclusive ferro-gusa. Divinópolis - Minas Gerais. PA número 02443/2004/007/2008.
756 Empreendimento de classe 5, parecer da SUPRAM Alto São Francisco, retirado de
757 pauta na 57ª reunião, o parecer é favorável à concessão, validade de quatro anos e o



758 responsável técnico Dalmo Monte Negro de Oliveira em discussão. – Francisco Braga
759 – ABES – “É no processo não é, no parecer técnico há uma reclamação uma denúncia
760 não é, feita pelo Conselho do desenvolvimento comunitário da comunidade do
761 Quilombo, então é a cerca disso que eu gostaria de estar discorrendo, haja vista que o
762 empreendimento foi licenciado não é, pelo DLO em dois mil e oito e deveria então
763 estar ambientalmente adequado em termos de impactos no seu entorno, então se há
764 reclamação da comunidade eu não sei qual é a distância dessa comunidade em relação
765 ao empreendimento não é, já que a siderúrgica está em área rural, mas de qualquer
766 forma o plano de controle ambiental deveria estar contemplando medidas adequadas
767 para mitigar essas reclamações que estão aqui e tem e essa poluição sonora, tráfego de
768 veículos pesados, danificação da paisagem rural, falta de equipamentos,
769 monitoramento da qualidade da água, do ar, do solo, emissão de poluentes, é só essa
770 questão eu não sei parece que tem um representante da comunidade não sei se doutor
771 Roberto, a gente ouviria. Gostaria de ouvir então.” Representante do Conselho
772 Comunitário da Comunidade Quilombo – “Essa siderúrgica foi instalada na
773 comunidade rural e obviamente que, é, danificou realmente a comunidade rural,
774 algumas coisas são óbvias da instalação de um empreendimento desse tamanho. Só
775 que a comunidade realmente esperava que também a comunidade tivesse, é, não só os
776 problemas tivessem ganho também, acontece que no mês passado, é, pedir até o moço
777 para colocar as fotos, é, além do barulho principalmente a noite, porque na zona rural
778 a noite o som propaga com muita intensidade, então além, vai passando aí que eu vou
779 mostrando elas aí, isso é água limpa, água limpa, água limpa, água limpa, vai chegar
780 num ponto que vocês vão ver como que muda a situação da água, o mês passado foi
781 contaminado o ribeirão, o correzinhos, olha para vocês verem o correzinhos ali
782 embaixo lá, o que que é óleo, eu não sei se é, nós não temos condições técnicas de falar
783 o que é, só sabe que a água estava toda enferrujada, pode continuar passando ali, olha
784 lá para você ver no final vai ter uma foto do google que dá a distância da siderúrgica
785 da comunidade. Então essa água aí serve para pequenos produtores rurais agurem as
786 suas plantas, pequenas hortas, porque é uma comunidade tipicamente rural, então se a
787 siderúrgica está pleiteando a duplicação que é passar de um para dois fornos, e não
788 está tomando cuidado com uma coisinha desse tamanho, porque hoje se falar em
789 poluição de água, é primário em termos de conservação de ambiente e tudo mais.
790 Então o que o Conselho vem solicitar, nós não somos contra nenhum progresso e
791 nenhum crescimento da empresa não, mas que ela seja feita dentro das normas e
792 visando principalmente a proteção do meio rural, porque se sabe a dificuldade que ele
793 está hoje permanecendo na zona rural. Estas fotos não estão datadas, mas elas têm
794 menos de trinta dias foi após a última reunião, então é coisa bem recente. Nós o
795 denunciemos também a policia ambiental, até esperávamos que o representante
796 estivesse aqui que ele poderia até esclarecer isso. Nós não tivemos nenhuma resposta,
797 mas fizemos todas as denúncias. Para chegar no final aí para ver a distância que é na
798 comunidade da siderúrgica. A siderúrgica é dentro da comunidade, então a gente
799 precisa de uma proteção melhor para os habitantes lá da zona rural. Mesmo aqui no
800 processo aqui, controle processual, deixa eu ver aqui, é no segundo adendo onde fala
801 assim olha, que os documentos foram protocolados pelo Conselho e também por uma
802 outra pessoa, conforme análise técnico o desentendimento está... Será que consegue
803 ver aí gente? Cadê aquela... Aqui está a siderúrgica a cerca de um quilometro e meio,
804 1,3 quilômetros está a comunidade rural, então ela está bem próximo da siderúrgica e
805 no sentido morro abaixo, ou seja, a poluição acontece lá em cima, vocês precisam de



806 ver gente a situação de uma dona de casa de deixa uma roupa no varal de uma noite
807 para o dia, no outro dia ela tem que lavar de novo, então é preciso que esses
808 equipamentos sejam, é, bastante regulados e vistoriados com certa freqüência. Aqui
809 está a siderúrgica, aqui está o centro, aqui é o campo de futebol, aqui está o centro da
810 comunidade e as residências. O correzinho que foi, é, que foi atingido ele passa aqui
811 dentro aqui olha. Esse córrego passa praticamente ao lado, cerca de trinta metros do
812 poço que abastece a comunidade, então são sérios, é, indícios a comunidade o
813 Conselho rural não tem condições técnicas de apresentar aqui para os senhores dados
814 técnicos, nós só viemos mesmo trazer a nossa indignação. Eu espero que os
815 conselheiros se sensibilizem com a comunidade rural e olhem com bastante carinho
816 esse caso nosso aí. Tem uma outra foto que passa mais dando seqüência ao, aqui é o
817 centro da comunidade já, eu acho que dá pra ver a água aqui, a água passa aqui olha.
818 É só isso que eu tenho a apresentar. Obrigado.” Marcos Vilela – ONG Grupo AR –
819 “Eu gostaria de saber quando essa siderúrgica foi instalada neste local, como que foi
820 feito a viabilidade desse empreendimento para ele ser instalado junto ao COPAM, a
821 SUPRAM?” – Roberto Barbosa, presidente – “Veja bem, nós estamos discutindo aqui
822 nesse momento a licença prévia e instalação de uma ampliação, nós não estamos
823 discutindo a localização do empreendimento em si. O empreendimento em si ele deve
824 ter (ininteligível) de monitoramento provavelmente, é, provavelmente tenha não é.” –
825 Marcos Vilela – ONG Grupo AR – “Pois é, a única coisa que eu estou questionado é o
826 seguinte se houve a licença para instalação de um auto forno, só de um forno nesse
827 local e hoje pelo que a gente está vendo que os moradores estão trazendo pra gente
828 aqui, não está havendo esse monitoramento de uma certa forma. Agora o senhor
829 imagina com a instalação de um outro forno nesse local. Como que vai ficar a
830 situação?” Roberto Barbosa, presidente – “Não, então a sua observação está ok. Todo
831 mundo entendeu.” – Albert Batista – Representante do Empreendedor – “Bom dia. É,
832 com relação ao que foi falado pela comunidade do Quilombo, primeiro eu queria
833 colocar que nós sempre tivemos a disposição de conversa, nunca fomos procurados
834 pela comunidade, até me estranha vir uma denúncia dessa no órgão diretamente,
835 poderiam ter nos procurado, nós estamos de portas abertas pra atender a comunidade,
836 procuramos sempre trabalhar no que é possível. Empregar os moradores da
837 comunidade, é, e de forma nenhuma tivemos a intenção de prejudicar, quando a
838 poluição de ar, água e a poluição sonora que ele alega é feito monitoramento de
839 acordo com a instrução da LO que foi feita no forno 1. Só respondendo o conselheiro,
840 com relação ao forno 1, foi feito um estudo aí a rima para licença prévia, depois é,
841 PCA para instalar, LI e após a instalação dos equipamentos de controle foi concedido
842 a LO, então foi feito todo tramite. Está certo, desculpa. Aí agora com relação aos
843 questionamentos dele, poluição de ar, água e solo eu tenho aqui os monitoramentos
844 são feito trimestralmente e semestralmente seguindo as condicionantes da LO do forno
845 1, que se trata do forno 1 não é. O que estamos pleiteando aqui hoje é o forno 2. Com
846 relação a modificação da paisagem rural que isso é inerente ao empreendimento, vai
847 ter corte e aterro não tem como, é, eles estão pedindo aqui que fosse beneficiado a
848 comunidade através de campo de futebol, é, pediu outras coisas aqui, de benefício para
849 sociedade que nada mais justo, mas a própria DN 94/2006 e a lei federal 9.985 ela
850 prevê que essa verba seja aplicada numa unidade de conservação de proteção integral.
851 Então não tem como voltar esse dinheiro para eles, para nós não seria um problema
852 nenhum seria um prazer estar beneficiando a comunidade que está lá e de certa forma
853 está sendo impactada com o empreendimento, então eu quero deixar claro não existe



854 hora nenhuma, nenhuma intenção de estar prejudicando. E me estranha a atitude deles
855 de virem fazer uma denúncia antes de procurar a gente, porque se houvesse tido um
856 desgaste entre a siderurgia e eles, um pedido, nós continuássemos reiterando e
857 poluindo e prejudicando, justificava, mas até me estranha essa posição da comunidade.
858 Tráfego intenso de veículos, nós estamos a beira de uma rodovia federal BR-494, o
859 tráfego já é intenso e dentro do pátio existe caminhão com pulverização de água, para
860 minimizar a poeira e a falta de comprometimento coma cidade é o que eu acabei de
861 falar, foi proposto agora um plano de educação ambiental, até mesmo para haver essa
862 aproximação do empreendedor com a comunidade, através desse plano de educação
863 ambiental, para suprir essa lacuna que eles estão sentindo. Certo? Eu acho que seria
864 mais isso e tem o gerente da empresa, Fernando, ele está dentro do empreendimento
865 dia e noite, eu sou um consultor, vou lá esporadicamente, nunca tive uma conversa
866 com eles, o Fernando pode falar mais a respeito aí dessa proximidade. Obrigado”. –
867 Fernando – Gerente do Empreendedor – “Bom dia. É, essa usina, essa Siderúrgica
868 União ela pertence a um grupo que foi criado a cinco anos, é, dentro da ótica, ao
869 longo de todo tempo que ela está operando desses dois anos o segmento passou por
870 uma crise muito significativa, nós em nenhum momento paramos nem demitimos
871 nenhum funcionário, então nós produzimos um ano estocando material, é um grupo
872 que ele é 100% verticalizado então hoje é o maior produtor de ferro-gusa do Brasil, em
873 que os acionistas da empresa não tem salário, não têm dividendos, automaticamente os
874 resultados são repassados ao próprio grupo, é, não sei se a única, mas uma das únicas
875 nós plantamos no ano passado dois mil e quinhentos hectares de eucaliptos, esse pleito
876 hoje, pedido, apesar da crise, hoje ele é muito significativo você ter um aumento de
877 produtividade, você ter um aumento de produção porque o seu custo de pessoal, seu
878 custo, vamos dizer ele é rateado então ele diminui muito, no caso por exemplo da
879 comunidade Quilombo quando foi solicitado o campo de futebol, etc., eu até passei isso
880 para o Helbert falei “olha Helbert pra gente não vai ter, vamos dizer se você vai
881 direcionar esse capital que você vai ter que fazer de educação ambiental, quer seja pra
882 campo de futebol, quer seja pra isso, não tem problema nenhum”, muito pelo contrário
883 hoje vamos dizer a gente procura, pra gente é ótimo estar usando a mão de obra que
884 está ali dentro porque você vai ter um custo de transporte menor e até para usar a,
885 sempre quando precisa quer seja de carregadeiras etc., nós usamos, fomos a primeira
886 empresa, todo passivo ambiental da siderúrgica ele sai em containers que é vendido
887 para Itaúna, que a pessoa faz vapor, até um processo interessante, é na parte de água
888 tinham sido solicitados na época (ininteligível) quatro bacias de decantação, o diretor
889 geral mandou por oito, falou “Fernando coloca oito, não quero saber etc.”, temos um
890 decantador, mas independente disso temos, é talvez hoje em Minas Gerais eu acredito
891 que deve ser a siderúrgica mais moderna de Minas Gerais, tá, em termos de PL6, ela é
892 toda computadorizada, toda automatizada, então é uma usina que vale até a pena
893 quem quiser conhecer, é uma usina muito interessante, ontem eu estava com um
894 pessoal da Votorantin que eles querem fazer uma parceria conosco aqui e fizeram e
895 eles estão muito interessados em termos de fazer uma parceria conosco, então é, a
896 gente está 100% aberto. Esse pleito, por exemplo, pra mim, nós passamos agora pra
897 cliente livre, fizemos uma parceria muito bacana com a CEMIG, vamos estar
898 estudando agora, já estamos estudando uma terma elétrica e injeção de finos que é
899 para redução de, vamos dizer a questão hoje, de eficiência energética que é muito
900 importante, quer seja de carvão vegetal, quer seja de energia elétrica. É, o segmento,
901 nós não temos e entendemos isso, eu sou engenheiro civil, mas dentro da ótica como



902 indústria nós não vamos parar, essa empresa hoje gera cento e cinquenta empregos
903 diretos, lá na propriedade rural ela gera mais uns cento e sessenta empregos, você, pra
904 você, só para a gente tratar de números, eu preciso planar hoje dois mil hectares por
905 ano tá? E estamos cumprindo muito bem isso, eu não trouxe fotos, deveria ter trazido,
906 é, então eu acho que é uma empresa que logicamente tem que haver, se tiver que fazer
907 medidas compensatórias para comunidade e for aprovado e tiver dentro da legislação,
908 é lógico que a gente quer, a gente quer conviver bem pô. Isso seria burrice entendeu?
909 Então se tiver que fazer um campo de futebol, muito pelo contrario o pessoal lá da
910 usina eles fazem uma pelada quarta-feira lá do lado e tem sempre a pelada do pessoal,
911 então não teria justificativa, o supervisor nosso mora lá, hoje eu convivo, eu
912 praticamente eu moro dentro da empresa, eu fico lá de sete da manhã, quem está aqui,
913 até as onze horas da noite praticamente diariamente por causa dessa crise, então assim
914 em nenhum momento o objetivo da empresa é ter atrito ou qualquer diferença com a
915 comunidade do Quilombo se tiver que fazer alguma medida compensatória e tiver
916 aprovado pelo Conselho, foi de interesse é lógico que nós queremos fazer isso.
917 Entendeu?” – Roberto Barbosa, presidente – “o eu queria só aproveitar aqui Dirceu,
918 dizer que a denúncia ou apresentação como disse o representante da comunidade foi
919 uma reclamação e foi feito tem termos elegantes não é? E a empresa também da
920 mesma fora está se colocando muito disposta, então eu acho que não está faltando
921 nada para vocês conversarem, abrirem esse canal de entendimento e buscar esse
922 entendimento. Está muito bom, eu acho que o clima é muito bom entre vocês não é? E
923 como você disse a comunidade está em volta ali, está vivendo eu acho que todo
924 benefício que vier para comunidade é um benefício para cidadania, então eu acho que
925 vocês devem se entender aí porque isso faz parte essas relações, também faz parte da
926 ecologia.” – Fernando – Gerente do Empreendedor – “Eu acho que talvez possa até ter
927 ocorrido até uma falta de comunicação, igual o senhor está posicionado porque é de
928 interesse ambas as partes.” – Roberto Babosa, presidente – “É e tem algumas
929 condicionantes que serão colocadas na LO, tipo monitoramento de ruído e outras que
930 são da LO e que não é, nós não estamos analisando aqui agora, está bem? Pois não
931 Dirceu.” – Dirceu – CODEMA Pains – “É, mas eu gostaria de saber se a empresa
932 tomou conhecimento desse dano ambiental ou desse acidente ambiental?” – Helbert
933 Batista – Representante do Empreendedor – “Não. Não ficamos sabendo de nenhum
934 vazamento, nenhum acidente, se houvesse provavelmente nós teríamos detectado e nem
935 por fato deles e nem por fato da policia. Porque teria ido feito um BO e com certeza
936 nos notificado. Nós não tomamos conhecimentos, viemos tomar conhecimento através
937 da denúncia deles dentro do processo.” – Dirceu – CODEMA Pains – “Agora eu
938 gostaria de saber do representante da comunidade se ele procurou a empresa, até
939 mesmo para estar apresentando aí alguma proposta de medida compensação alguma
940 coisa assim? E para, com relação a denúncia que ele fez se ele informou a empresa do
941 que estava ocorrendo? Eu acho que quando ocorre um dano ambiental, um acidente a
942 gente tem que procurar a empresa não é? Até para cessar, paralisar o que está
943 ocorrendo.” – José Eurides – Comunidade do Quilombo – “É o seguinte, os
944 funcionários da empresa que não são da comunidade se não me falho a memória
945 morador natural de lá não tem nenhum, tem pessoas que hoje moram lá, mas que
946 foram pra lá e que hoje trabalham na empresa, então são moradores de lá atualmente,
947 mas natural da comunidade que eu lembre, pode ter, mas que eu lembre eu não
948 conheço nenhum. É, esses funcionários eles estão constantemente ali no bar, no dia a
949 dia da comunidade então eles estão muito presentes as situações do dia a dia que



950 acontece. Quanto a procurar a empresa eu não tenho aqui, mas eu posso, eu fiz mais
951 de uma, mais de um ofício para empresa, eu tenho documentado. O senhor conhece o
952 outro Fernando? O outro anterior. O senhor Fernando esteve lá na reunião do nosso
953 Conselho, nós solicitamos um pouco de, na época solicitamos brita, como é que fala,
954 escoria britada e a empresa disse que eles ainda não britavam, não britavam a escoria
955 e que não nos poderia fornecer a escoria para é, resolvendo um problema lá. Então o
956 senhor Fernando até então, eu não sei se a pessoa trabalha ou mais ou não na
957 empresa, ele foi na reunião, ele foi presente tem a ATA da reunião então ele dizer que
958 nunca foi procurado, ele está equivocado.” – Doutor Roberto Soares Nogueira – “Bom,
959 nós não vamos entrar na discussão porque nós estamos fugindo um pouquinho do foco
960 de nosso licenciamento. A empresa disse aqui está gravado e registrado que ela tem
961 interesse em fazer esse entendimento, pelo que eu entendi foi feito alguma coisa no
962 passado, vamos pegar o presente e o futuro, vamos pegar daqui pra frente, tá? A
963 licença inclusive que nós estamos julgando é daqui pra frente, então, por favor, vamos,
964 se há interesse da empresa e há interesse da comunidade nada impede de que pra
965 frente vocês possam se falar e conversar. Nós vamos ter depois, se essa licença for
966 julgada e aprovada hoje, nós teremos uma oportunidade da licença de LO de vir aqui
967 na comunidade nos dizer e a empresa também em que pé está a situação ou a
968 revalidação do atual forno 1, enfim, oportunidade estarmos aqui nós temos de tentar
969 ajudá-los a ter um relacionamento de equilíbrio.” – Dirceu – CODEMA Pains –
970 “Inclusive eu gostaria de fazer uma sugestão para estar tentando aproximar a empresa
971 da comunidade, já que a comunidade está se organizando tem um Conselho, a empresa
972 fazer parte desse Conselho, ela é importante lá, interfere na vida positiva e
973 negativamente da comunidade ali, então a empresa ter uma cadeira no Conselho
974 participar das reuniões. E uma outra sugestão que eu gostaria de fazer é, já que a
975 compensação ambiental deve ser investidas em unidade de conservação, senão existe
976 então cria uma unidade de conservação lá na região de acordo que a lei o recurso da
977 compensação ambiental pode ser investido em criação de novas unidades de
978 conservação. Com isso a empresa mantém investimento ali nas proximidades dela,
979 contempla a comunidade que tem interesse em preservar o meio ambiente e eu que é
980 mais também um instrumento de aproximar a empresa da comunidade.” – Roberto
981 Soares Nogueira – CBH-Pará – “Eu acho que a comunidade está muito preocupada em
982 compensações e levar alguma coisa enquanto devia estar cobrando a empresa o que
983 você trouxe aqui de reclamação está certo, você não falou só no problema da água aí
984 não, você falou também de emissões de particulados está certo? Eu acho que vocês
985 estão perdendo muito tempo cuidando de assuntos que não tem haver quando deviam
986 estar trabalhando com a empresa e a palavra do Dirceu está formidável é abrir canal
987 de comunicação. Se a empresa estiver no CODEMA de vocês lá, ou estiver lá no
988 Conselho comunitário lá, ela vai abrir o canal de comunicação numa boa, mas vamos
989 deixar esse negócio de querer levar vantagem, de propor compensações e vamos
990 atacar o problema que realmente está prejudicando vocês. Está certo?” – José Eurides
991 – Comunidade do Quilombo – “Doutor Roberto, se colocamos do jeito que colocamos
992 passou essa impressão o senhor nos desculpe a nossa intenção não foi essa de ir lá e
993 receber por voto, nós entramos quando nós colocamos, nós apenas sugerimos para a
994 empresa algumas ações que a comunidade precisa e que a siderúrgica poderia nos ser
995 parceiros, para o senhor ter uma idéia o cara que é só, não é o interesse só de levar,
996 não foi com esse intuito de forma alguma, a nossa preocupação hoje é poluição, é,
997 fuligem, fuligem, a contaminação da água como eu mostrei ali, se tem oito bacias de



998 *compensação e aconteceu aquilo ali imagina se não tem as oito, é, não, a comunidade*
999 *nunca solicitou, é, recursos para isso, nós apenas sugerimos como uma maneira de*
1000 *amenizar os problemas por que? Por que se a comunidade tem que conviver com os*
1001 *problemas alguma coisa também poderia ser feita até pela empresa, foi só sugestão,*
1002 *não foi nenhum tipo de exigência, longe disso, longe disso.” – Roberto Soares Nogueira*
1003 *– CBH Pará – “Me deu a impressão disso está certo? E eu acho que isso aí não é o*
1004 *caminho. A empresa está disposta a resolver o problema, vocês têm, primeiro ter*
1005 *adequação ambiental lá, para depois ficar pensando em a empresa ajudara a*
1006 *comunidade em uma outra forma, porque senão nós não vamos resolver o problema*
1007 *ambiental nenhum. Eles vão colocar a sua disposição lá campo de futebol, não sei o*
1008 *que, mais isso mais aquilo e vocês vão fazer vista grossa para os problemas*
1009 *ambientais.” – Francisco Braga – ABES – “Gostaria só de saber dessa disposição*
1010 *realmente do empreendedor e da comunidade já abrirem esse dialogo e a gente*
1011 *poderia certificar isso depois num processo de LO se foi aberto esse canal e se foi*
1012 *resolvido esse problema. Não é? Eu acho que a empresa tem que avaliar lá o córrego e*
1013 *tudo e verificar se o sistema de controle ambiental está funcionando de maneira*
1014 *eficaz.” – Helbert Batista – Empreendedor – “Existe total interesse da empresa de estar*
1015 *participando como ele falou, se tivermos o convite da comunidade. Se quiser colocar*
1016 *como condicionante eu não sei se pode, como condicionante da LI, atuação da*
1017 *empresa direta nos problemas ambientais relativos a comunidade, pra mim não tem*
1018 *problema nenhum, pode constar isso até em condicionante, se a lei permitir.” –*
1019 *Roberto Barbosa, presidente – “Ok, vamos encerrar então. Agradeço a participação,*
1020 *ficou clara a posição do Conselho, muito clara, não houve nenhuma exigência*
1021 *descabida não, foi realmente uma sugestão, eu acho que o doutor Roberto também*
1022 *entendeu, foi elegante a apresentação dele, é, então eu gostaria de saber se mais algum*
1023 *conselheiro gostaria de fazer mais alguma observação para que a gente vote.” –*
1024 *Dirceu – CODEMA Pains – “Eu me proponho a participar de uma primeira reunião lá*
1025 *na comunidade com a empresa pra ver se faz essa aproximação não é?” – Roberto*
1026 *Barbosa, presidente – “E eu sugiro a vocês que aceite a proposta do Dirceu porque ele*
1027 *está, ele é muito envolvido nessas questões comunitárias etc., e pode contribuir com as*
1028 *partes” – José Eureides – Conselho da comunidade dos Quilombo – “Isso é muitíssimo*
1029 *importante, porque uma coisa é palavras e aqui estão sendo gravadas, está sendo*
1030 *documentado, então amanhã ou depois é, não vai se poder acontecer tal que nós*
1031 *falamos agora, eu, a comunidade aceita e já eu quero pegar se contato para gente*
1032 *trabalhar nesse sentido que o objetivo é melhorar a situação da comunidade sem trazer*
1033 *nenhum prejuízo para a siderúrgica.” – Doutor Roberto Soares Nogueira – “Muito*
1034 *bom, obrigado conselheiro Dirceu. Bom, então colocar em votação parecer favorável a*
1035 *concessão na validade quatro anos. Quem concorda com o parecer permaneça como*
1036 *está. **Aprovado por unanimidade.**” Item 8.1 Licença de operação corretiva –*
1037 ***Mineração Turmalina Ltda. Larva subterrânea com tratamento a úmido exceto***
1038 ***pragmatismo e gemas e lavra a céu aberto, minerais metálicos exceto minério de***
1039 ***ferro, Conceição do Pará – Minas Gerais, PA número 1154/2005/007/2009,***
1040 ***empreendimento de classe 6, parecer da SUPRAM Alto São Francisco que é***
1041 ***favorável a concessão da licença na validade de 4 anos.** Foi retirado de pauta na 58ª*
1042 *reunião, os responsáveis técnicos são Nível Tadeu Lasmar Pereira, Josino Gomes Neto,*
1043 *Maria Guimarães V. Santos e Reinaldo Nogueira Magalhães em discussão. – Francisco*
1044 *Braga – ABES – “É só uma questão, parece que há um erro nas condicionantes,*
1045 *condicionante 15, por favor, verifiquem aí, apresentar relatório descritivo e fotográfico*



1046 *compreendendo o estado de conservação da vegetação e das áreas protegidas da*
1047 *condicionante 17 parece que é da condicionante 16 tá, então é esse erro, somente isso,*
1048 *então está errado. É, é só esse ponto há um erro na condicionante 15 que ela fica*
1049 *amarrada a condicionante 16 e não a 17. É só esse ponto. É um erro material.” –*
1050 *SUPRAM Alto São Francisco – “Isso dar um destaque nessa condicionante foi um,*
1051 *houve um erro sim, mas na verdade em relação a condicionante número 14 e não a 17*
1052 *como foi colocado aqui.” – Francisco Braga – ABES – “Como é que ficaria?” –*
1053 *SUPRAM Alto São Francisco – “Vou ler a condicionante. Apresentar relatório*
1054 *descritivo e fotográfico compreendendo o estado de conservação da vegetação dessas*
1055 *áreas protegidas da condicionante número 14, com RT demonstrar o isolamento dessas*
1056 *áreas.” Roberto Soares Nogueira – CBH-Pará – “Eu gostaria que constasse é, o*
1057 *adendo ao parecer técnico que não foi comentado aí, existe um adendo é, extinguindo*
1058 *é, propondo a exclusão da condicionante número 17 e a inclusão de uma nova*
1059 *condicionante, então eu gostaria que esse adendo eu não sei se todos tomaram*
1060 *conhecimento, o adendo de última hora aí que ele fosse acrescentado a aprovação.” –*
1061 *Roberto Barbosa, presidente. “Então nós vamos colocar em votação, aprovação do*
1062 *parecer com a licença e essa alteração na condicionante”. - Nicole – Representante da*
1063 *Empresa – “Eu só queria ver, queria ver também a possibilidade da alteração do prazo*
1064 *da condicionante 16, passar para noventa dias ao invés de sessenta porque elas são, na*
1065 *verdade a condicionante 14, 15 e 16 são co-relacionadas e aí a gente entregaria um*
1066 *trabalho único, eu já conversei até com o pessoal, com os técnicos eles até*
1067 *concordaram.” – Não Informado – “É a condicionante 16 é apresentar implanta*
1068 *topográfica memorial descritivo de uma proposta de formação de corredores que eu*
1069 *acho que não é nada que vai causar, aumentar o prazo aí de trinta dias, não causaria*
1070 *nenhum dano ambiental não. Ficou claro para os conselheiros então?” Aline –*
1071 *SUPRAM Alto São Francisco – “É só porque eu fiquei preocupada com a colocação*
1072 *do Roberto todos conselheiros, o adendo ao parecer ele foi feito exatamente em função*
1073 *de retirada de pauta do processo a gente limitou o objeto não é, e eu espero que todos*
1074 *os conselheiros aqui tenham tido acesso a esse documento para votar, porque*
1075 *realmente isso muda o primeiro parecer que foi trazido a pauta para julgamento, é só*
1076 *para lembrar e não é, e principalmente com relação a essa alteração da condicionante,*
1077 *a gente excluiu a 17 e incluiu uma nova em função dessa revisão do objeto. O adendo*
1078 *já faz parte do corpo do parecer”. Não Informado – E aí foi só um reforço que o*
1079 *doutor Roberto deu aqui. Bom então eu vou colocar em votação essa alteração na*
1080 *concessão da licença, como foi proposta, como foi resultado do parecer da SUPRAM,*
1081 *alteração da condicionante 16, sessenta para noventa dias e aquela alteração na*
1082 *condicionante 14 não é isso? 15. Então quem concorda com esse resultado permaneça*
1083 *como está. Aprovado por unanimidade. 9.2 RH Lavanderia Ltda., lavanderia industrial*
1084 *com tingimento, amaciamento e outros acabamentos em roupas, peças do vestuário e*
1085 *artefatos de diversos tecidos, Divinópolis – Minas Gerais PA número*
1086 *01506/2007/002/2009, empreendimento de classe 3 e o parecer da SUPRAM é*
1087 *favorável a concessão na validade seis anos, responsável é técnico Helbert Silva*
1088 *Batista, em discussão.” – Francisco Braga – ABES – “Aqui é uma questão simples,*
1089 *mas que me chamou atenção, o responsável técnico pelo empreendimento pelos estudos*
1090 *é um engenheiro agrícola e na verdade trata-se de uma lavanderia, então em enxergo*
1091 *aqui mais um engenheiro químico, um químico, um civil talvez, eu não sei se em termos*
1092 *profissionais de CREA eu volto a questão da atribuição profissional se o engenheiro*
1093 *agrícola teria atribuição, competência profissional para assinar um, é, uma*



1094 *responsabilidade técnica dessa natureza.” – Roberto Barbosa, presidente – “Vamos ver*
1095 *se o conselheiro representando o CREA pode nos dar uma luz aqui. Mas é difícil ter*
1096 *tudo na cabeça não é?” – Marcos Veloso – CREA – “É quanto a essas atribuições que*
1097 *eu conheço que eu tive oportunidade de verificar isso é que esse técnico agrícola,*
1098 *agrícola não é? É, engenheiro agrícola ele tem atribuições, por exemplo, na área de*
1099 *topografia, mas nessa área de química realmente eu não conheço, não tive nenhum*
1100 *caso ainda que eu visse, essa atribuição teríamos que consultar o CREA.’ – Helbert*
1101 *Batista – Empreendedor – “Com relação a isso o curso inclui a parte ambiental, então*
1102 *seria com relação a atribuições técnicas com relação ao meio ambiente.”” – Francisco*
1103 *Braga – ABES – “Você também é o responsável técnico pela lavanderia ou não?” –*
1104 *Helbert Batista – Empreendedor – “Sou o responsável técnico na siderúrgica no caso,*
1105 *estão o responsável técnico do Idalmo que é químico, então nós trabalhamos juntos*
1106 *certo? Então o processo foi feito por mim e pelo o Idalmo, nas duas estando na*
1107 *siderúrgica ou na lavanderia.” – Francisco Braga – ABES – “Pois é, mas só aparece o*
1108 *seu nome, não aparece o do químico.” – Helbert Batista – Empreendedor – “Ele*
1109 *formalizou aí como sendo o meu CREA isso aí, mas você pode observar da siderúrgica*
1110 *União que foi eu que falei é o Idalmo que é químico”. – Francisco Braga – ABES –*
1111 *“Vamos sugerir então que ele, que a gente faça uma condicionante com essa troca da*
1112 *RT pronto aí a gente não teria esse problema. Eu gostaria de uma sugestão, viu Maria*
1113 *Claudia e Aline, é verificar essas competências no caso do inventario florestal foi*
1114 *muito fácil eu mandei para o regional do CREA aqui, perguntei a Patrícia, tem o*
1115 *Rodolfo eles são da inspetoria regional, ela me respondeu praticamente na mesma*
1116 *hora, ela consultou Belo Horizonte, em relação atribuição do engenheiro florestal e me*
1117 *respondeu. Então isso é muito fácil, de repente pegar a partir de uma RT, que a RT tem*
1118 *o código se nós tivermos o código então da responsabilidade técnica é muito mais fácil*
1119 *o CREA informar se ele tem essa habilitação ou não. Concorda mesa? Eu acho que*
1120 *isso é importante, eu identifiquei dois problemas dessa vez, mas eu acho que é um*
1121 *ponto que de repente nós precisamos aperfeiçoar.” – Marcos Veloso – CREA - “Essa*
1122 *questão das atribuições existem uma relação de atribuição que toda inspetoria tem*
1123 *acesso a ela imediato, basta consultar, algumas modificações são feitas em virtude da*
1124 *quantidade de cursos que está surgindo ultimamente não é, e inclusive entendimento de*
1125 *redução de atribuições, isso são feito e rapidamente passado para inspetoria, a*
1126 *inspetoria tem condições de resolver isso rapidamente, dar a resposta na hora.” –*
1127 *Francisco Braga – ABES - “É só completando senhor Roberto, só mais um instante que*
1128 *isso é importante. Quando eu tenho uma atribuição adicional ela precisa aparecer na*
1129 *minha carteira, ah eu fiz um curso de especialização em meio ambiente, alguma coisa,*
1130 *aí ela vai aparecer o CREA vai me conferir essa atribuição adicional, caso contrario*
1131 *eu não tenho não é, as vezes eu posso até ter o diploma, mas se ele não for conferido*
1132 *pelo CREA, anotado na carteira ele não vai servir.” – Sônia – SUPRAM Alto São*
1133 *Francisco - “Em relação a essa questão é, não resta duvida que a gente pode*
1134 *contribuir buscando isso, mas nós temos uma orientação no sentido de que as*
1135 *anotações de responsabilidade técnica é, de competência do CREA o controle e*
1136 *regularização, então que a gente não deveria ficar é, questionando nem buscando todo*
1137 *momento essa não é, esse esclarecimento, mas não resta duvida que a gente possa*
1138 *fazer, mas eu acho que a sugestão que o senhor Francisco fez e que o senhor pudesse*
1139 *levar ao CREA, representante do CREA não é, em que orientasse o pessoal a fazer essa*
1140 *anotação na carteira e que no momento da retirada não é, todo profissional deveria*
1141 *saber já, tranquilamente quais as competências que ele tem, mas fazer esse alerta em*



1142 *relação aos profissionais.” – Marcos Veloso – CREA – “Doutora sobre essa questão*
1143 *de não haver essa preocupação com essa questão da RT eu penso que isso talvez*
1144 *pudesse ser mudado e ser consultado em alguns casos, porque como professor*
1145 *Francisco falou a atribuição ela só é válida se ela estiver anotada em carteira, muitas*
1146 *das vezes as pessoas têm alguma atribuição e consegue um pouco mais, alguma coisa a*
1147 *mais através de curso, mas se não tiver anotado não vale, então até para o próprio*
1148 *CREA, a gente mesmo que participa do CREA, pra gente definir a gente tem que ir lá*
1149 *consultar, quer dizer o outro órgão distante do CREA como é o caso aqui, um pouco*
1150 *mais distante, seria bom se consultasse em algum caso de dúvida não é? Algum caso de*
1151 *duvida.” – Maria Claudia – SUPRAM Alto São Francisco – “A gente fazia até essas*
1152 *conferencias de uma forma mais aprofundada, só que lembrando que a gente não*
1153 *trabalha só com CREA tem outros Conselhos de classe também que não são tão*
1154 *simples de trabalhar como o CREA é, então é, o que foi definido pela SEMAD é que os*
1155 *Conselhos, eles sim vão fiscalizar isso, a gente aceita, se por acaso o CREA ele abre o*
1156 *precedente de todo e qualquer profissional habilitado assinar uma RT ele tem, o CREA*
1157 *que teria que ter esse controle, então por exemplo ele teria que saber que um*
1158 *engenheiro químico está assinando uma RT para aquilo que ele não tenha habilitação*
1159 *e não aqui no órgão ambiental. A gente faz isso talvez pela natureza do estudo, por*
1160 *exemplo, nos processos de outorga, a gente exige que os levantamentos geológicos*
1161 *sejam feitos por um profissional da área, mas quando há uma abrangência, por*
1162 *exemplo, nesse caso é um RCA, PCA não é? Então há uma habilitação para vários*
1163 *profissionais fazerem isso, então fica realmente difícil a gente teria que consultar pelo*
1164 *profissional, pela natureza do processo isso viabiliza um pouco o trabalho da*
1165 *SUPRAM então a gente até teve alguns tratos com o CREA, o CREA começou a fazer*
1166 *algumas fiscalizações internas na SUPRAM ele vinha e via os processos e consultava*
1167 *as RT’s aí eu acho que vai ser um trabalho eficiente, fora isso eu acho um pouco*
1168 *complicado.” – Marcos Veloso – CREA – “Eu gostaria de informar sobre o seguinte a*
1169 *anotação da RT é uma atividade do profissional, é, nós temos casos já acontecidos de*
1170 *fiscalização pegar de profissionais que agem de má fé, eles fazem atribuições de*
1171 *profissões que eles não têm e muitas das vezes passam, porque o CREA recebe isso lá e*
1172 *infelizmente o número de RT que é uma grande quantidade ela não é fiscalizada e volta*
1173 *dizendo que a pessoa não tem atribuição, questão que eu enquanto participava da*
1174 *inspetoria do CREA que eu fui inspetor do CREA muitos anos, nós chegamos a discutir*
1175 *isso demais lá para ver isso, mas não tinha como fazer essa observação, então a*
1176 *questão fica o seguinte a gente não pode culpar muito o CREA porque na realidade a*
1177 *anotação de responsabilidade técnica é feita pelo profissional, chegou lá pagou entrou*
1178 *anotação senão tiver atribuição aquela leitura, aquele estudo não é um estudo é, fica*
1179 *mais por conta do profissional, então eu acho que competiria nós. Aqui não é, que no*
1180 *meu caso, por exemplo, que sou do CREA eu poderia dar uma olha de agora pra frente*
1181 *e verificar e fazer uma conferencia nisso que eu tenho condições de fazer, está certo? É*
1182 *nós aqui os inspetores discutimos isso na hora. Porque através do CREA é impossível,*
1183 *conseguir isso, sabe o que, falar é da responsabilidade do CREA, é da*
1184 *responsabilidade do CREA, mas o CREA não tem como fazer, o profissional anota*
1185 *errado. Ele anota a RT se agir de má fé que pode ser o caso aqui, mas se agir de má fé*
1186 *não tem como verificar isso pode passar.” – Dirceu – CODEMA Pains – “Mas eu acho*
1187 *que é, se é atribuição do CREA a SUPRAM não pode assumir essa responsabilidade*
1188 *ué, o CREA que tem que arcar com suas responsabilidades e verificar se os*
1189 *profissionais tem competência para assumir aquela atribuição é, inclusive para*



1190 *proteger os profissionais que trabalham corretamente, essa é uma das funções do*
1191 *CREA então eu entendo que essa é atribuição do CREA.” – Sônia – SUPRAM Alto*
1192 *São Francisco – “Só para ilustrar essa situação nós já tivemos alguns casos em que a*
1193 *gente é, procurou não é, e exigiu a comprovação e isso foi motivo de muita é, de uma*
1194 *situação muito constrangimento e uma situação muito complicada pra nós aqui como*
1195 *consultores tá, eles não ficaram satisfeitos e falaram que não é da nossa competência*
1196 *buscar isso, isso gerou um clima muito ruim, então trazer essa competência pra nós é*
1197 *muito complicado.” – Wellington – SEAPA – Sônia eu só queria que você me*
1198 *esclarecesse uma coisa é, se um profissional que faz um processo ele não é habilitado*
1199 *para fazer aquele processo, isso aqui não tem um erro processual, por exemplo, um*
1200 *engenheiro agrícola assinar para uma lavanderia é, se quando você dá o parecer que o*
1201 *processo está legal é, quem fez o processo no caso não tem vício, se a pessoa não é*
1202 *credenciada para fazer um processo ela entregou um processo e ele não vem com visto,*
1203 *quer dizer ele não poderia entregar esse processo, na verdade esse processo no meu*
1204 *ponto de vista há um erro processual sim, não estou falando que é culpa ou*
1205 *competência da SUPRAM, mas você dá andamento e dá um parecer que o processo*
1206 *está legal, sendo que o profissional não é habilitado para fazê-lo existe aí no meu*
1207 *parecer um erro processual.” – Sônia – SUPRAM Alto São Francisco – “Conselheiro*
1208 *só para esclarecer é que quando ele traz anotação de responsabilidade técnica a*
1209 *responsabilidade técnica dele, então nós confiamos que o processo está legal uma vez*
1210 *que ele trouxe anotação de responsabilidade, que tudo aquilo é verdadeiro até que se*
1211 *prove o contrário, quando provar o contrario cada um vai assumir a sua culpa, mas*
1212 *nós, anotação de responsabilidade técnica é para isso caso contrario o que quê nós*
1213 *faríamos, olharíamos no processo e falava com ele traz pra gente agora a sua*
1214 *competência e traz já de imediato a anotação de responsabilidade técnica pra nós, é o*
1215 *que exime a gente.” – Wellington SEAPA – “Volto, concordo com a senhora, a*
1216 *questão é de consultores ficar bem ou não, nós do serviço publico nunca vamos ser*
1217 *bem vistos em relação a cobrança não é, que ninguém gosta de ser cobrado, então,*
1218 *mas eu volto a falar existe erros no caso, eu no meu caso eu falo com engenheiro*
1219 *agrícola, eu sou engenheiro agrônomo deve ter estudado em Lavras, não tem*
1220 *competência para mexer na área química, então a questão não é se é quem vai fazer ou*
1221 *quem vai deixar de fazer, se está ocorrendo erros eu acho que num caso mais gritante*
1222 *teria que ser visto, é meu ponto de vista.” – Marcos Veloso – CREA – “Doutora, sobre*
1223 *a questão que a senhora mencionou aí agora a respeito de ao se consultar o CREA*
1224 *houve uma certa assim, dizendo que vocês estavam interferindo a orientação que eu*
1225 *tenho no CREA desde quando eu trabalho no CREA é de dar essa informação assim o*
1226 *mais precisamente possível e o mais rápido possível, foi toda a nossa orientação,*
1227 *inclusive o CREA existe para fiscalizar a atividade do profissional, não é para*
1228 *defender profissional e a nossa intenção é punir todos os profissionais que agirem*
1229 *incorretamente. Então nós temos a nossa orientação na direção do CREA foi sempre*
1230 *essa, atender como o Maximo de urgência e agradecer quando formos consultados.” –*
1231 *Sônia – SUPRAM Alto São Francisco – “O conselheiro deve ter entendido de forma*
1232 *equivocada, só para esclarecer, quem reagiu contra a gente, ficou insatisfeito foi o*
1233 *consultor dizendo que o CREA que era responsável por isso, que ele tem o órgão*
1234 *representante dele, que ele está resguardado pelo CREA, assim que foi a reação tá?*
1235 *Quanto ao CREA não as vezes que a gente precisou, nós sem problema.” – Roberto*
1236 *Barbosa, presidente – “Bom fica feito o registro, é, hoje nós estamos trabalhando dessa*
1237 *forma não é, é dessa forma que a gente está fazendo, CREA fiscaliza e a gente aceita a*



1238 *responsabilidade tá? Mais alguma observação professor?” – Francisco Braga – ABES*
1239 *Eu acho pessoal a gente só trabalha no sentido de aperfeiçoamento não é? Então se eu*
1240 *tenho um caso aqui, vamos chamar de gritante, eu deveria conferir não são todas as*
1241 *RT's, mas quando a uma lógica, por exemplo, do agrônomo, o agrônomo acha, a gente*
1242 *sabe que a atribuição do agrônomo não entra na parte florestal isso é claro não é?*
1243 *Esse aqui também então eu acho quando há um caso desse, porque senão caso*
1244 *contrário nós vamos abrir um precedente aqui para eu questionar enquanto não*
1245 *houver a resposta do CREA eu não vou votar favoravelmente, nós tínhamos quer tirar*
1246 *de pauta, verificar a responsabilidade técnica e votar de novo, eu acho, meu*
1247 *procedimento então será esse, eu vou tirar de pauta, falar assim olha “enquanto eu*
1248 *não ouvir o CREA nós não podemos votar isso aqui, porque não há é, como votar*
1249 *numa pessoa que não tem habilitação profissional para preencher esse documentos e*
1250 *apresentar esses estudos, pode ter até competência, mas se não tem habilitação não*
1251 *adianta ter competência.” – Helbert Batista – Empreendedor – “Só para finalizar eu*
1252 *posso, eu queria explicar essa situação que eu tirei anotação da responsabilidade*
1253 *técnica de acompanhamento da parte ambiental do empreendimento, não foi do projeto*
1254 *certo? Não justificando isso eu acho que a discussão é pertinente até para proteção do*
1255 *próprio profissional que é a gente então eu queria propor para esse processo eu tenho*
1256 *a empresa que é a Floema Consultoria Ambiental, que o Idalmo faz parte, tenho*
1257 *engenheiro agrônomo, tem engenheiro agrícola, então eu vou tirar RT da Floema que*
1258 *consta o engenheiro que ela é cadastrada no CREA então pode ter sido até uma falha*
1259 *nossa de eu ter tirado como responsável pela parte ambiental do empreendimento, mas*
1260 *quem fez o projeto foi um químico, então eu acho que fica mais adequado tirar pela*
1261 *Floema ok?” – Francisco Braga – ABES – “É e a gente tem que lembrar que sempre*
1262 *que tenhamos essas dúvidas e esse questionamento temos que fazê-lo servir o*
1263 *professor, não, é lógico que nós estamos votando aqui, muitas vezes podemos até estar*
1264 *sendo induzidos a um erro.” – Camilo de Lelis – FEDERAMINAS – “Doutor Roberto*
1265 *eu não entrei nessa discussão eu acho até aplausível, mas no momento que o técnico*
1266 *que assinou o projeto falou que não tem anotação para assinar, acho que tem que ser*
1267 *retirado de pauta e corrigido uai, se não tivesse falado passava batido uai, mas falou*
1268 *uê”. – Helbert Batista – Empreendedor – “Eu queria propor isso pode colocar como*
1269 *condicionante que seja o Camilo, porque é o seguinte é para não estender mais uma*
1270 *vez o processo trinta dias, fica anotado isso que será feita a anotação de*
1271 *responsabilidade técnica do Idalmo que é um químico, para a gente não protelar isso*
1272 *mais um mês, pode ser?” – Camilo de Lelis – FEDERAMINAS – “Concordo*
1273 *plenamente então que seja colocado essa condicionante”. – Roberto Barbosa,*
1274 *presidente – “Então nós vamos fazer isso, colocar em votação, acrescentando essa*
1275 *condicionante que tem o prazo de trinta dias de trocar’. – Maria Claudia – SUPRAM*
1276 *Alto São Francisco – “Só esclarecendo é, esse problema o que me chamou atenção o*
1277 *consultor falou que ele não apresentou RT de projeto e o que a gente a exige é uma RT*
1278 *do RCAPCA, então se ele não apresentou a RT para o RCA PCA é que está havendo*
1279 *essa dúvida. E o processo que tem RCAPCA é o de LI que a gente esta buscando*
1280 *realmente se há RT e de quem é a RT, porque agora eu fiquei com dúvida, se o*
1281 *consultor que se apresentou aqui não apresentou RT há algum problema eu sugiro*
1282 *então que se passe para o próximo ponto de pauta enquanto a gente olha isso. –*
1283 *Roeberto Barbosa, presidente – “Ok. Vamos saltar agora, buscar esclarecimento e*
1284 *voltamos nele. 10.3 SD Madeiras Ltda., tratamento químico para preservação da*
1285 *madeira, Martins Campos – Minas Gerais PA número 17975/2007/001/2009*



1286 *empreendimento de classe 3, parecer é do SUPRAM Alto São Francisco é favorável a*
1287 *concessão na validade de seis anos, o responsável técnico Custódio Felipe de*
1288 *Andrade em discussão.* – Francisco Braga – ABES – “É um ponto simples nesse
1289 *processo, é, a possibilidade de incluir uma cortina arbórea existe lá? Se não existe se*
1290 *seria conveniente? Adequado?”* – Custódio Felipe – S&D Madeiras – “Bom, ela
1291 *existem em fase de implantação ela não é nenhuma obstrução para o processo para o*
1292 *projeto que se encontra, eu queria aproveitar a minha participação para questionar a*
1293 *possibilidade de uma revisão de um condicionante, condicionante 4, que sugere*
1294 *apresentação antecipada da licença de exploração referente ao produto madeira*
1295 *adquirido, como o processo é dinâmico da aquisição de madeira ao início da sua*
1296 *utilização e como é um principio do conhecimento legal e dos processos de utilização*
1297 *de recurso de origem florestal toda a exploração está coberta pela autorização, seja*
1298 *uma DAIA ou DCC, que essa apresentação se desse num prazo de trinta dias a partir*
1299 *do início de sua utilização.”* – Francisco Braga – ABES – “Ah veja bem, então o
1300 *senhor pode trabalhar trinta dias, vamos raciocinar por absurdo, o senhor está nos*
1301 *propondo que possa trabalhar trinta dias com a madeira que não tem uma procedência*
1302 *legal?”* – Custódio Felipe – S&D Madeiras – “Não. O que eu disse é que todo
1303 *consumidor, indiretamente eu disse que todo consumidor de recurso natural ele presta*
1304 *conta daquilo que ele utilizou e não prevê aquilo que ele vai utilizar, então a minha*
1305 *proposta é uma prestação de contas daquilo que eu estou utilizando.”* – Francisco
1306 Braga – ABES – “Não, não ficou claro pra mim não. Porque se o senhor não prevê o
1307 *que quê o senhor vai utilizar como é que o senhor vai utilizar? Eu não entendi*
1308 *desculpe.”* – Custódio Felipe – S&D Madeiras – “É porque aqui está entendido que eu
1309 *utilizo, eu processo madeira comprada de terceiros, então quando eu vou comprar*
1310 *madeira eu negocio com a pessoa se ela tem a DCC ou não, senão eu não vou poder*
1311 *nem transportar essa madeira, a apresentação da DCC a SUPRAM é que eu estou*
1312 *supondo que seja trinta dias após a este contrato com meu fornecedor, pra que eu*
1313 *tenha prazo de apresentar o papel, não que eu vá trabalhar com uma madeira que*
1314 *ainda não esteja licenciada.”* – Francisco Braga – ABES – “Mas quando ao senhor
1315 *fecha o negocio e tem a segurança de que o seu fornecedor tem a DCC, o senhor não*
1316 *pode já ter esse documento em mão?”* – Custódio Felipe – S&D Madeiras – “Nada
1317 *impede, ele só retarda o início do processamento. A sugestão era pra me permitir, eu*
1318 *compro a madeira a cinco quilômetros da minha unidade de tratamento, eu estou a*
1319 *cento e vinte da SUPRAM Alto São Francisco pra eu não perder o meu pessoal vai*
1320 *estar...”* – Francisco Braga – ABES – “Isso pode ser por FAX? Isso pode ser por
1321 *FAX”. Porque veja bem, não estava ficando claro pra gente essa coisa, mas o senhor*
1322 *podendo mandar por FAX. E a questão da cortina verde arbórea, podemos incluir*
1323 *como uma condicionante ou ela já está instalada em fase de crescimento? Eu não*
1324 *entendi.”* – Custódio Felipe – S&D Madeiras – *Eu sugeriria se me coubesse a*
1325 *possibilidade como condicionante.”* – Francisco Braga – ABES – “Pessoal da equipe
1326 *técnica é pertinente ou não?”* – Elaine – SUPRAM Alto – “É pertinente sim, vai ser a
1327 *sétima condicionante.”* – Francisco Braga – ABES – “É seria incluído, apresentar
1328 *projeto, implantar cortina verde arbórea.”* – Custódio Felipe – S&D Madeiras – “Para
1329 *apresentação de projeto e com comprovação posterior por meio de foto, laudo de*
1330 *execução.”* – Francisco Braga – ABES – “Apresentar o projeto noventa dias”. Não
1331 Informado – *Eu posso ler a condicionante? Pode ser alguma coisa assim apresentar*
1332 *projeto de implantação de cortina arbórea em noventa dias, é, e execução do projeto*
1333 *em quanto? Qual prazo? Após a aprovação em quanto prazo? Executar o projeto*



1334 conforme cronograma aprovado pela SUPRAM. Comprovação de implantação de
1335 cortina arbórea através de encaminhamento relatório fotográfico. – Não Informado –
1336 “Ele vai apresentar um projeto em noventa dias?” – Não Informado – “Isso.” – Não
1337 Informado – “Segunda etapa?” – Não Informado – “Aprovação pela SUPRAM e
1338 execução conforme cronograma aprovado” – Não Informado – “Ok.” – Não
1339 Informado – “E após a aprovação de implantação, através de relatório fotográfico.” –
1340 Roberto Barbosa, presidente – “Mais alguma observação? Bom então o 10.3 é nós
1341 vamos colocar em votação a concessão com aquela alteração na condicionante 4 que a
1342 gente, que essa informação a SUPRAM pode ser feita via FAX e também acrescentar a
1343 condicionante 7 de que ele vai apresentar um projeto de cortina arbórea é em noventa
1344 dias e com aprovação da SUPRAM e a comprovação disso vai feita via relatórios
1345 fotográficos. Então em votação. Quem concorda permaneça como está. Ok. **Aprovado**
1346 **por unanimidade.** Então nós voltamos aqui a 9.2 RH Lavanderia Ltda., tinha ficado
1347 uma dúvida sobre a RT do projeto.” – Maria Claudia – SUPRAM Alto São Francisco –
1348 “É realmente a RT que está no processo LP, mas é lido sobre o processo de RCAPCA é
1349 do consultor Helbert Silva Batista, então o que ele propõe é que essa RT seja trocada
1350 pela uma RT da empresa Floema não é isso?” – Não Informado – “Isso. Que tem os
1351 profissionais habilitados.” – Maria Claudia – SUPRAM Alto São Francisco – “Que
1352 tem profissionais habilitados na área de engenharia química.” – Roberto Babosa,
1353 presidente – “Ok. Ficou claro para todo mundo, o prazo de noventa dias? Eu acho que
1354 podia ser uma semana, mas dez dias. Então essa troca de RT vai ser, deve ser
1355 apresentada num prazo de dez dias. Quem concorda com o parecer com essa alteração
1356 permaneça como está. Aprovado por unanimidade. Nós vamos pular aqui o 10.4, nós
1357 vamos pegar o 10.7 porque nós temos uma dificuldade aqui com o responsável pelo
1358 projeto que é o nosso companheiro Patrick então nós vamos atendê-lo. 10.7 CEMIG
1359 Distribuição S.A., é esse né Patrick? Patrick é esse né? **10.7 CEMIG Distribuição**
1360 **S.A., linha de transmissão e subestação de energia elétrica, Divinópolis – Minas**
1361 **Gerais, PA número 10378/2006/001/2007, empreendimento de classe 4, apresentação**
1362 **o parecer é da SUPRAM Alto São Francisco favorável a concessão na validade de**
1363 **seis anos responsável técnico é CEMIG em discussão.”** – Francisco Braga – ABES –
1364 “No parecer técnico é feito menção a uma série de convênios firmados entre a CEMIG
1365 e o instituto estadual de floresta no que tange a questão da, principalmente da
1366 manutenção das áreas de servidão, então a gente não teve acesso a essa informação,
1367 agora a única coisa que eu gostaria então de saber que me chama atenção é, existe,
1368 são dezesseis mil e seiscentos quilômetros de linhas de transmissão com uma faixa
1369 média de vinte metros de largura, o que perfaz então uma média de três mil e trezentos
1370 hectares, não é? Isso aqui chama atenção porque são áreas particulares, são áreas de
1371 terceiros e ao mesmo tempo nós temos, tem que, essas áreas têm que ser assegurado o
1372 acesso as torres caso haja necessidade de alguma manutenção, queda, rompimento de
1373 cabos, então esse é ponto que eu gostaria de ouvir da equipe técnica como é que fica a
1374 questão de compensação disso, não é? Haja vista tratar-se de áreas de terceiros,
1375 mesmo que hoje seja área de pastagem e tudo, mas de qualquer maneira há um certo
1376 impedimento de uso dessa linha dessa faixa de servidão que é relevante não é. Três mil
1377 e trezentos hectares.” – Camilo de Lelis – FEDERAMINAS – “Senhor Francisco essa
1378 preocupação do senhor é pertinente nos outros licenciamentos de linha eu questionei
1379 exatamente isso, porque eu tenho uma estrada dentro da minha propriedade que a
1380 CEMIG passa pra, CEMIG não, as empreiteiras para dar manutenção, aí vai
1381 passando, não tem nada disso não, só eles é que mandam, que entram, do jeito que



1382 quer, se acha que a estrada está ruim eles fazem outra por cima. Não respeita nada
1383 não e a gente só tem o direito de ficar calado.” – Não Informado – “Mas se reclamar
1384 na mesma hora a CEMIG atende. Eu já fiz isso.” – Elton Hugo Luz Teixeira – Gerência
1385 de Gestão do Meio Ambiente da CEMIG Distribuição – “Com relação a essa questão
1386 das linhas a faixa de servidão, a um desimpedimento da faixa, a CEMIG faz é, ela é,
1387 indeniza não é, pela restrição de uso e pelo uso da faixa para manutenção, então essas
1388 servidões elas são registradas em cartório, são indenizadas monetariamente, são
1389 registradas em cartório e nesses registros constam a questão do acesso a área para
1390 manutenção das torres. Isso está em registrado em toda servidão de linha, então ela é
1391 assegurada para isso na servidão, na indenização que a empresa faz para essa, pra
1392 faixa de, constituição da faixa de servidão.” – Francisco Braga – ABES – “Então é
1393 feito uma vez só esse pagamento, vamos dizer assim?” – Elton Hugo Luz Teixeira –
1394 Gerência de Gestão do Meio Ambiente da CEMIG Distribuição – “Isso uma vez só.” –
1395 Francisco Braga – ABES - “É estipulado um valor e há um pagamento para
1396 estabelecimento da área da servidão.” – Elton Hugo Luz Teixeira – Gerência de
1397 Gestão do Meio Ambiente da CEMIG Distribuição – “É feito avaliação técnica não é.
1398 E registrado em cartório.” – Francisco Braga – ABES – “E há uma restrição de uso
1399 então nesse espaço físico?” – Elton Hugo Luz Teixeira – Gerência de Gestão do Meio
1400 Ambiente da CEMIG Distribuição – “Isso essa restrição de uso é para cultura de
1401 grande porte, por exemplo, eucalipto não é, construções de edificações, inclusive a
1402 CEMIG tem orientação com relação ao tipo de edificação, acima de um determinado
1403 tamanho não é, como galpões não é, então para culturas e cana, atualmente cana por
1404 causa do uso do fogo ainda para queima para o corte, na medida em que, como há
1405 uma tendência para extinguir o uso do fogo na cana, então cana vai ser no futuro
1406 permitido, é mesmo a cultura de grande porte.” – Não Informado – “E a questão do
1407 acesso também é contemplada nesse caso, porque se eu tenho uma estrada é...” – Elton
1408 Hugo Luz Teixeira – Gerência de Gestão do Meio Ambiente da CEMIG Distribuição –
1409 Isso é registrado o documento a faixa de servidão e é registrado em cartório.” –
1410 Camilo de Lelis – FEDERAMINAS – “Então seria pertinente pedir a apresentação
1411 dessa documentação que eles estão falando que existe, que tem tudo registrado em
1412 cartório, eles devem ter me mãos.” – Elton Hugo Luz Teixeira – Gerência de Gestão do
1413 Meio Ambiente da CEMIG Distribuição – “Como eu disse existe esses registros em
1414 cartório. Agora para levantá-los nos poderíamos não é, tem que ter um tempo bastante
1415 grande, em função do próprio sistema deles e...” – Roberto Soares Nogueira – CBH-
1416 Pará – “Eu acho que não são todos não. Eu conheço casos de propriedade
1417 atravessadas por linhas de transmissão da CEMIG que não tem nenhum registro no
1418 cartório de imóveis não tem nada.” – Camilo de Lelis – FEDERAMINAS – “Doutor
1419 Roberto realmente não existe a CEMIG não tem, principalmente as propriedades mais
1420 antigas não existe, a CEMIG adquiriu ao longo do tempo uma série de cooperativas de
1421 edificações rurais, tinha inclusive a CERCAM com sede em Itaúna, que era uma
1422 cooperativa grande, passou pra CEMIG a cooperativa, mas eu acho que nós entrarmos
1423 nessa discussão aqui agora na, desse licenciamento da CEMIG eu acho que não é
1424 pertinente não, eu acho que num outro licenciamento de uma outra linha que a gente
1425 exija isso, já está assim, está funcionando assim, não justifica não.” – Dirceu –
1426 CODEMA Pains – “Eu gostaria de saber é, como que é feito o planejamento desses
1427 acessos que eu tenho observado as vezes tem processo erosivo, é, a CEMIG usa o
1428 terreno, passa com essas toiotas e tal para chegar até a torre para dar manutenção que
1429 é natural não é, e as vezes no rastro ali fica o processo erosivo ali começa uma



1430 voçoroca já observei isso, isso é feito um estudo de impacto desses acessos a essas
1431 linhas de transmissão?” – Elton Hugo Luz Teixeira – Gerência de Gestão do Meio
1432 Ambiente da CEMIG Distribuição – “Nós temos na empresa procedimento para esse
1433 tipo de acompanhamento entendeu? Quando é detectado que aquela erosão é por
1434 questão de uso nosso ou pelo nosso empreendimento a gente faz a correção tá, agora
1435 em muitos casos não são como, mesmo a gente sabe felizmente nós temos muita erosão
1436 por questões mesmo de uso agrícola do solo, mal uso vamos dizer assim” – Roberto
1437 Soares Nogueira – CBH Pará – “Eu queria fazer uma observação sobre o que o Camilo
1438 falou, é, eu já tive problema com empreiteiras da CEMIG que foram fazer manutenções
1439 e coisa e deixaram realmente o local todo cheio de resto de material, derrubaram
1440 cerca e tudo, e eu sou testemunha fiz a reclamação na CEMIG e fui atendido muito
1441 bem e prontamente, quer dizer quem se sentir prejudicado tem que não é, levar a
1442 CEMIG e a CEMIG deve ter repreendido a empreiteira ou deve ter cobrado dela um
1443 procedimento melhor.” – Elton Hugo Luz Teixeira – Gerência de Gestão do Meio
1444 Ambiente da CEMIG Distribuição – “No nosso contrato de construção de rede é
1445 previsto, existe uma cláusula específica hoje com relação a questão de resíduos, a
1446 empreiteira é obrigada a retirar todo o resíduo da construção, então tem isso e há
1447 controle e fiscalização quando, após a construção ao recebimento da obra, detectado
1448 alguma coisa é tomado providencia e o empreiteiro notificado em caso até de
1449 penalização. Com relação as condicionantes da nossa licença, nós é, queríamos para
1450 as condicionantes 8 e 9, a gente queria solicitar a esse Conselho a extensão de prazo
1451 de noventa dias para cento e oitenta dias porque as duas condicionantes elas prevêm
1452 a apresentação por parte da CEMIG de projetos e para não é, a gente ter o projeto
1453 para elaborar eu tenho que fazer a contratação por ser empresa pública nós temos que
1454 cumprir a lei 866 não é, e todo procedimento interno e esse prazo de noventa dias para
1455 projeto nós entendemos que seria pequeno, insuficiente então estamos solicitando a
1456 extensão para cento e oitenta dias. Obrigado.” – Roberto Barbosa, presidente – “É a
1457 SUPRAM quer se manifestar, por favor.” – Patrick – SUPRAM – “É, sem problema.
1458 Pode conceder os cento e oitenta dias.” – Roberto Barbosa, presidente – “A SUPRAM
1459 então não vê nenhum problema na ampliação desse prazo na condicionante 8.9 para
1460 cento e oitenta dias? Alguém gostaria de se manifestar a respeito disso ou não? Então
1461 eu vou colocar em votação. É...” – Lucélio – Sede – “É, presidente nessa votação aí
1462 não pode contar meu voto não, eu vou obste por causa que eu sou da empresa.” –
1463 Roberto Barbosa, presidente – “Ok. Então colocando em votação com a abstenção do
1464 conselheiro Lucélio, é, suspeição então colocado em votação parecer favorável a
1465 concessão com alteração de prazos de noventa para cento e oitenta dias na
1466 condicionante 8 e 9. Quem concorda permaneça como está. **Aprovado com uma**
1467 **obstenção. “Item 10.4 TWG Indústria e Comércio de Madeiras e Produtos Ltda.,**
1468 **tratamento químico para conservação da madeira, Formiga – Minas Gerais, PA**
1469 **número 03982/2007/001/2009 empreendimento de classe 3, o parecer é da SUPRAM**
1470 **Alto São Francisco favorável a concessão na validade de seis anos e o responsável**
1471 **técnico é o Elmo Nunes. Em discussão.”** – Francisco Braga – ABES – “Mesma
1472 questão cabe incluir a implantação de cinturão verde arbóreo?” – Paula – SUPRAM
1473 Alto São Francisco – “Na verdade a empresa ela está toda murada, está toda cercada,
1474 a gente poderia fazer um cinturão, mas é em questão paisagística teria pouco efeito a
1475 não ser que a gente construísse dentro.” – Francisco Braga – ABES – “Tirando a
1476 questão paisagística no ponto de vista ambiental há necessidade de fazer isso?” –
1477 Paula – SUPRAM Alto São Francisco – “É seria uma medida de mitigação para os



1478 *ruídos e os materiais particulados então é pertinente sim.” – Francisco Braga – ABES –*
1479 *“Seria pertinente. Pois não.” – Humberto Nunes – Representante da Empresa – “É, a*
1480 *gente só queria deixar claro que já é de consentimento do empreendedor como a*
1481 *técnica disso realmente o funcionamento da empresa ele é todo murado, mas o pátio de*
1482 *madeira imatura ele é completamente aberto e o empreendedor tem interesse em fazer*
1483 *a cortina verde.” – Marcos Vilela ONG Grupo AR – “O prazo então como*
1484 *condicionante não é.” – Roberto Barbosa, presidente – “Vamos colocar como*
1485 *condicionante. O mesmo da outra o que? Noventa dias. Noventa dias para se*
1486 *apresentar o projeto.” – Humberto Nunes – Representante da Empresa – “De acordo.”*
1487 *Roberto Barbosa, presidente – “Ok. Mais alguma observação? Então em votação, com*
1488 *a concessão da licença validade de seis anos com essa inclusão de noventa dias para o*
1489 *projeto de cortina arbórea. É, quem concorda permaneça como está. **Aprovado ok,***
1490 ***por unanimidade**”. **Item 11.1 Camp Indústria Comércio Ltda., formulação de***
1491 ***rações de alimento balanceada preparados para animais, Bom Despacho – Minas***
1492 ***Gerais, PA número 00859/2003/002/2008, empreendimento de classe 4, parecer da***
1493 ***SUPRAM Alto São Francisco, favorável a concessão na validade de 6 anos, o***
1494 ***responsável técnico Cláudio Novas. Camilo de Lelis – FEDERAMINAS – “Pessoal***
1495 ***presente eu gostaria de um esclarecimento da equipe técnica que é o seguinte, nas***
1496 ***condicionantes do anexo da primeira, realizar o monitoramento dos influentes líquidos***
1497 ***industriais a montante e a jusante da estação de tratamento, nos parâmetros***
1498 ***informados no anexo 2, monitorar também o sistema fossa fio, prazo semestral. Aí a***
1499 ***hora que você entra no anexo 2, os dois itens que são pedidos que é a entrada e saída***
1500 ***de tratamento de fluidos industriais e a fossa do filtro eles falam que a frequência deve***
1501 ***ser anual e embaixo fala assim enviar a SUPRAM mensalmente se é feito anualmente***
1502 ***só adequar os prazos uai.” – José Antônio – SUPRAM Alto São Francisco – “Houve***
1503 ***um erro aí de digitalização, nós concordamos que seja anual, concordamos viu, não***
1504 ***tem problema nenhum não.” – Não Informado – “Não eu vi aqui no semestral, eu vi***
1505 ***aqui no atento que está anual, foi concordado, fica tudo anual. – Então relatório claro***
1506 ***se ele vai fazer anual ele apresenta o relatório anual não é? Conselheiros, alguma***
1507 ***dúvida?” – José Antônio – SUPRAM Alto São Francisco – “O lançamento não é em***
1508 ***curso d’água é sumiduro e o lençol freático está no (ininteligível) em profundidade***
1509 ***acima de três metros e meio não é? Eu acho que não tem objeção nessa parte não.” –***
1510 ***Aline – SUPRAM Alto São Francisco – “Não querendo contrariar o técnico, mas já***
1511 ***contrariando, é o seguinte realmente não há lançamento, mas a gente trabalha, é,***
1512 ***avaliando a eficiência dos sistemas não é, de tratamento e a gente vem trabalhando***
1513 ***com análise mensal ou trimestral ou semestral também em alguns casos quando é***
1514 ***sistema fossa sete, agora a frequência de envio de relatório para SUPRAM a gente***
1515 ***pode trabalhar no aumento, sem problema nenhum pra empresa não ter que ficar***
1516 ***mandando todo mês, mas a frequência de análise ainda que não haja lançamento ela***
1517 ***tem que ser menor, no meu ponto de vista trimestral ou semestral, anual.” – Regina***
1518 ***Greco – Casa Nobre – Responsável técnica pelo empreendimento – “É, a análise***
1519 ***continua sendo feita, realizada mensalmente, apresentação a SUPRAM está certo Alto***
1520 ***São Francisco é que nós estamos solicitando que seja coerente essas três formas que***
1521 ***são descritas no parecer, que ela possa ser apresentada anualmente, então selecioná-***
1522 ***las todas trazer da mesma forma que a gente já faz há muito anos analise ok. É só a***
1523 ***apresentação a SUPRAM é que nós já tínhamos que ter feito esse pedido anteriormente***
1524 ***por correspondência para doutora Maria Claudia que pudesse ser apresentada com***
1525 ***mais tempo e gostaríamos atenção dos conselheiros que isso viabiliza muito para***



1526 empresa não ter que estar vindo mensalmente trazer isso aqui. Obrigado.” – Sônia –
1527 SUPRAM Alto São Francisco – “Eu solicito que a advogada do processo faça a leitura
1528 do controle processual uma vez que houve um equívoco ao lançar no sistema o parecer
1529 com um controle processual não pertinente a esse processo então ela vai fazer na nova
1530 leitura do controle processual.” – Sônia Godinho – SUPRAM Alto São Francisco –
1531 “Eu passei uma cópia para todos os conselheiros e a redação tem que ser dada o
1532 controlo processual é o seguinte o processo encontra-se formalizado e em
1533 conformidade com a documentação exigida, sendo que os documentos faltantes foram
1534 devidamente juntados pelo empreendedor quando solicitado, foram apresentadas
1535 (ininteligível) de praxe feitas publicações de estilo, os custos de análise no valor de três
1536 mil setecentos e sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos foram integralmente
1537 ressarcidos pelo empreendedor conforme consta no SIAM, os recursos hídricos estão
1538 devidamente regularizados através da portaria de outorga número 2780/2009 com
1539 validade de até vinte e dez de dois mil e quatorze, tendo em vista que o prazo de
1540 validade da portaria vencerá anteriormente ao prazo sugerido pela concessão da
1541 licença foi confeccionada a condicionante número 10, o empreendimento localiza-se
1542 na zona rural do município do Bom Despacho, cujo a reserva legal está desmarcada e
1543 deverá ser averbada a margem da matrícula do imóvel e a comprovação deverá ser
1544 feita nos autos, tendo em vista que a área de reserva legal e contígua APP e essa
1545 necessita de recomposição, o empreendedor deverá apresentar PTRF para tal
1546 finalidade conforme condicionante número 9, não haverá intervenção em área de
1547 preservação permanente e nem supressão de vegetação, razão pela qual haverá
1548 necessidade de autorizações nesse sentido, de acordo com disposto no parecer foram
1549 cumpridas todas as condicionantes da LO, nesse sentido nada obsta ao pedido do
1550 empreendedor referente a revalidação da licença de operação pelo prazo de seis anos
1551 nos termos do disposto na DN 17 de dezessete de dezembro de noventa e sete, quando
1552 faz jus ao acréscimo de dois anos em razão do bom desempenho e ausência da
1553 aplicação de penalidades nos últimos três anos.” – Aline – SUPRAM Alto São
1554 Francisco – “Então só para organizar aí, a condicionante número 1 realizar
1555 monitoramento influentes líquidos industriais, o prazo é mensal, porque aqui na
1556 condicionante não está falando especificamente da frequência de envio, no anexo 2
1557 alterar aí no quadrinho influentes líquidos a frequência mensal, de anual para mensal
1558 nas duas, e embaixo na observação enviar para SUPRAM mensalmente, aí vai entrar
1559 anualmente.” – Roberto Barbosa, presidente – “Ficou claro para todos os conselheiros
1560 essas alterações? Então eu vou colocar em votação. A troca também do item 14 que o
1561 controle processual, quem concorda permaneça como está. **Aprovado por**
1562 **unanimidade.**” 11.2 Empresa de Prestação de Serviços Ltda., produção de concreto
1563 betuminoso usinado quente, Bom Despacho – Minas Gerais, PA número
1564 00263/1995/005/2009, empreendimento de classe 3, o parecer e da SUPRAM,
1565 favorável a concessão na validade de 6 anos, o responsável técnico é José Gomes
1566 Machado. Francisco Braga – ABES – “É a mesma questão, cabe a implantação de uma
1567 cortina verde arbórea? Terreno permite? É pertinente?” – Daniel – SUPRAM Alto
1568 São Francisco – “É lá a empresa é toda murada e não há emissão de particulados,
1569 então pra fins ambientais seria pouco significativo.” – Francisco Braga – ABES –
1570 “Impacto visual nas estruturas, as estruturas normalmente são altas não é? Então você
1571 enxerga a distância material particulado, ruído.” – Diogo – SUPRAM Alto São
1572 Francisco – “Por esse motivo pelo impacto visual e por ruído sim, é, particulado não, o
1573 sistema lá funciona e os monitoramentos estão dentro dos padrões exigidos pela



1574 *legislação ambiental que é estadual. É, a empresa é toda murada, eu não vejo*
1575 *necessidade, agora se os senhores desejarem por causa de impacto visual para*
1576 *evitar...” – Francisco Braga – ABES – “Não. Não, nós queremos saber impacto*
1577 *ambiental. Se eu plantar árvore lá, fizer uma cortina eu tenho algum ganho ambiental?*
1578 *Pelo que eu estou entendendo não. Ganho ambiental?” – Diogo – SUPRAM Alto São*
1579 *Francisco – “No sentido de impacto visual e ruído atmosférico como foi questionado*
1580 *no começo, não porque ele está dentro dos padrões e tem todos os sistemas. Então se*
1581 *os senhores quiserem colocar a condicionante noventa dias para apresentar o projeto*
1582 *será bem vindo, bem aceito pelos técnicos Digo e Daniel e advogada.”– Francisco*
1583 *Braga – ABES – “Se não fizer, não causa também nenhum prejuízo no ponto de vista*
1584 *ambienta. Seria o que, um plus... Um plus praticamente estético, é pra quem tem...*
1585 *Você tem uma paisagem mais agradável.” – Aline – SUPRAM Alto São Francisco –*
1586 *“Roberto o impacto, eu entendo da seguinte forma se há um impacto visual, existe*
1587 *mecanismos de mitigar o impacto visual que um deles é, pode ser através da cortina*
1588 *arbórea, então ainda que assim a gente não venha a ter ganhos específicos assim para*
1589 *atividade, não deixa de ter uma pertinência não tá. Ambiental.” – Francisco Braga –*
1590 *ABES – “Ok. O impacto visual é qual?” – Aline – SUPRAM Alto São Francisco – “O*
1591 *impacto visual é devido as estruturas que tem lá não é.” – Francisco Braga – ABES –*
1592 *“Qual a altura dessas estruturas?” – Diogo – SUPRAM Alto São Francisco – ‘É um*
1593 *prédio de três andares que seria um filtro de manga.” – Francisco Braga – ABES –*
1594 *“Nós vamos ter essa cortina de mais de três metros?” – Diogo – SUPRAM Alto São*
1595 *Diogo – SUPRAM Alto São Francisco – “As estruturas na parte da frente do*
1596 *empreendimento é toda paisagística. E as estruturas se tornam na parte de trás do*
1597 *empreendimento, que é as estruturas. É na rodovia que liga Bom Despacho a 262.” –*
1598 *Francisco Braga – ABES – “Bom, está claro para os conselheiros que é uma medida*
1599 *que contribui também e eu chamo sempre atenção aqui gente, contribui também para*
1600 *gente agregar custo nos empreendimentos, eu acho que além do aspecto, o aspecto*
1601 *ambiental nós não temos que discutir, esse não se discute, aspecto legal, ambiental,*
1602 *agora o que me preocupa muita das vezes é que a gente agrega custos aonde não*
1603 *depende da nossa ação da nossa competência, não é, então eu chamo atenção para*
1604 *isso eu não conheço o local, não vi, se o técnico disser tem que fazer como foi incisiva*
1605 *no empreendimento anterior a gente votou em fazer não é? Agora fazer porque, vou*
1606 *fazer eu acho que não é por aí não.” – Wellington – SEAPA – “Eu acho que a gente*
1607 *tem que avaliar também, se você colocar uma cortina arbórea de mais ou menos três*
1608 *metros o risco de queda é alto não é? Vamos supor assim que se vá colocar lá, vai*
1609 *fazer uma cortina a gente tem que levar isso em conta também. Vai ser perto, qual que*
1610 *a distância que está da estrutura, da alvenaria então nesse sentido da gente ficar*
1611 *julgando impacto visual, é, além dos custos doutor Roberto a gente tem que avaliar os*
1612 *riscos não é?” – Francisco Braga – ABES – “Com certeza, por isso eu perguntei a*
1613 *altura da...” – Dirceu – CODEMA Pains – “É, o impacto visual tem que ser*
1614 *considerado no processo de licenciamento ambiental, é, a cortina arbórea além de*
1615 *diminuir esse impacto visual ela melhora a qualidade do ar ali nas proximidades*
1616 *inclusive diminui o nível de ruído, contribui com isso também e não é um projeto muito*
1617 *caro, é barato em relação a outras medidas.” – Não Informado – “Conselheiro o que é*
1618 *caro para um, não é caro para outro não é? Então não vamos, eu concordo com as*
1619 *duas primeiras observações suas tá. De que vai mitigar vai melhorar a situação do*
1620 *ambiente, vamos ter árvores lá, agora essa questão é caro quando eu que vou gastar,*
1621 *pode ser caro pra mim não é? E não ser caro para você. Em relação se você comparar*



1622 inclusive com o tamanho do empreendimento provavelmente é um 00001 não é, mas de
1623 qualquer maneira eu gostaria então de julgar isso, nós vamos julgar separada se
1624 queremos colocar...” – Roberto Soares Nogueira – CBH Pará – “Eu acho que o grande
1625 problema da gente aprovar isso aqui, é a ausência do empreendedor, eu tenho certeza
1626 que provavelmente esse empreendedor se estivesse aqui ele ia aceitar, está certo?
1627 Agora nós aprovamos sem ele está aqui, sem saber as dificuldades não vejo como.” –
1628 Não Informado – “É mais aí ele deveria estar não é? Ele deveria estar. Se ele vai
1629 aprovar melhor ainda, se a gente aprovar e ele aprovar muito, se a gente aprovar e ele
1630 não aprovar ele vai ter que aprovar ou recorrer. Mas aí nós estamos fazendo o nosso
1631 papel da nossa obrigação e ele não está aqui porque não quer. Ou não pode? Enfim.
1632 Pois não.” – Daniel – SUPRAM Alto São Francisco – “É só um errinho que teve na
1633 folha de rosto que aqui está constando medidas compensatórias, aí a gente marcou um
1634 “X” no não, só que a gente propõe uma medida compensatória mais no corpo do
1635 parecer, então é só para mudar para o sim, esse “x” aí, só para não ficar errado.” –
1636 Daniel – SUPRAM Alto São Francisco – Lucélio – Sede – “Doutor Roberto eu
1637 gostaria de colocar, o que a gente tem que observar com relação ao impacto visual
1638 citado aqui todo mundo está coberto de razão, é, mas tem que levar em consideração
1639 que esse empreendimento é na área urbana não é, ele está na área urbana de Bom
1640 Despacho, não é? E aí é o seguinte, foi até citado que a frente do empreendimento é a
1641 parte paisagística do empreendimento e essa construção está no fundo, então talvez a
1642 cortina arbórea não seria integral não é, no total e tem que olhar também assim que se
1643 essa empresa estivesse fora do perímetro urbano o impacto visual ainda é mais intenso
1644 é maior ainda, aí justifica uma cortina arbórea, porque muitas das vezes a cortina
1645 arbórea pode ser inicialmente aqui, a grosso modo que nós estamos analisando, sem
1646 conhecer nenhuma foto do empreendimento, ela pode se tornar no futuro um empecilho
1647 como disse o SEABRA, não é? Então talvez assim é, com tem aquela cortina arbórea
1648 da calcinação Pains, lá em Pains não é, que ela avança onde o pessoal caminha, onde
1649 o pessoal tem que andar não é, aí a gente aprova a empresa fala eu tenho que seguir o
1650 órgão ambiental e está causando um outro problema, eu acho que deve ter um meio
1651 termo aí.” – Camilo de Lelis – FEDERAMINAS – “Eu acho que os técnicos aí tem
1652 que manifestar falar se faz ou não faz, se justificar pra gente poder aprovar ou não uai.
1653 Aí é vocês que estão com a bola, vocês que vêem é para que lado que nós vamos
1654 chutar. O Lucélio está certo ponderou correto se fosse levado a sugestão dele, eu
1655 votaria com ele, eu acho que ali no local infelizmente não é pertinente a cortina
1656 arbórea e acho que outros projetos dessa natureza já deve ir com esse estudo da
1657 poluição visual, porque ela também faz parte, para não chegar aqui e ficar discutindo
1658 uma coisa que já podia ter sido discutido antes.” – Daniel – SUPRAM Alto São
1659 Francisco – “É só explicar mais ou menos como é que a empresa está em relação a
1660 cidade porque aí vocês ficam um pouco mais cientes do que está acontecendo. Apesar
1661 de estar na zona urbana ela está bem afastada do município, ela está bem naquela
1662 rodovia de acesso a Bom Despacho mesmo ao lado esquerdo da rodovia, na chegada
1663 de Bom Despacho então ela está bem antes mesmo, até a paisagem é bem rural no
1664 entorno entendeu, só que como o Diogo falou a rodovia, só um minuto, como o Diogo
1665 disse a rodovia passa em frente o empreendimento a parte da frente do
1666 empreendimento tem as construções da empresa, com escritório, tem uma parte
1667 paisagística a entrada mesmo, você não visualiza não consegue visualizar essa, é, não
1668 é aquele impacto de você chegar e ver os fornos e tudo, não tem esse impacto é por
1669 isso que a gente está em dúvida assim, mas eu creio que não precisa.” – Não



1670 Informado – “A duvida eu acho pertinente, é, a gente explorando está vendo de que
1671 principio não há esse impacto visual não, porque você chega no empreendimento você
1672 não vê, você não está vendo, isso como disse o conselheiros Lucélio está feito no fundo
1673 do empreendimento, então eu acho que isso não é impertinente não.” – Daniel –
1674 SUPRAM Alto São Francisco – “A gente não que só onerar o empreendedor. Igual
1675 vocês estão com essa preocupação é fazer uma coisa que talvez não necessite por se
1676 tratar dessa situação, se tivesse o forno bem na frente do empreendimento aí com
1677 certeza eu falaria para vocês que precisava sim. Entendeu? – Então nós podíamos
1678 fazer aqui, sugerir uma condicionante com o empreendedor se reunir com a SUPRAM
1679 no prazo de trinta dias e verificar a viabilidade disso, isso é viável “ô Aline...” –
1680 Dirceu – CODEMA Pains – “É Aline, eles tiveram no local, aqui no relatório fala que
1681 é área urbana, mas ele mesmo disse, o próprio técnico disse que é a caracterização da
1682 região lá é bem rural, então eu acho que eles tiveram no local a gente tem que ir mais
1683 na opinião deles.” – Aline – SUPRAM Alto São Francisco – “Na verdade eu queria
1684 esclarecer aqui que a gente não tem assim uma normatização ou algo institucional
1685 mesmo que defina quais são os casos que a gente cobra cortina arbórea, então por isso
1686 alguns pareceres vêm outros não vêm e no momento não é, que eu estou avaliando os
1687 pareceres eu não tenho essa visão do empreendimento para eu estar questionando isso
1688 pontualmente agora, quando, a partir do momento que o Conselho suscita essa dúvida,
1689 eu não vejo problema da gente ir ou pedir através de condicionante para empresa
1690 apresentar um projeto, agora se esse projeto ele for algo inviável a empresa justifique
1691 isso, se a gente entender que é pertinente isso a gente pode voltar atrás sem problema
1692 nenhum, agora nesse caso existe uma manifestação técnica talvez o Daniel pudesse até
1693 ter dado essa manifestação no início do questionamento, falando que não é o caso não
1694 é. Porque lá não existe o impacto visual, então talvez eu entenda não ser necessário
1695 porque ele manifestou muito claramente isso.” – Não Informado – “Então ok. Então eu
1696 acho que ficou claro, ficou claro para o Conselho, gostaria de saber se ficou claro
1697 para o Conselho de que não existe a necessidade da construção dessa cortina arbórea
1698 é opinião técnica”. – Marcos Veloso – CREA – “É doutor Roberto eu passei por lá, eu
1699 conheço esse local lá, passei por lá recentemente a cerca de um mês e meio, eu
1700 acredito que uma cortina arbórea lá vai é piorar. Tem um paisagismo até agradável,
1701 um pouco bonito na frente da rodovia, na parte de trás não se verifica nada, não há
1702 necessidade disso eu não vejo necessidade, vou ser contundente nisso não vejo
1703 necessidade, vai ser onerar desnecessariamente o empreendimento.” – Não Informado
1704 “O ótimo dessa discussão porque levanta essa preocupação para todos
1705 empreendimentos não é, o técnico vai já com essa, mais focado nisso, porque muitas
1706 vezes ele vai faz toda sua vistoria e nem sempre leva em conta isso, porque não é... Tá
1707 bem. Então eu nem vou colocar isso em votação tá gente, eu vou colocar em votação é,
1708 o parecer da SUPRAM quem concorda em votação, quem concorda permaneça como
1709 está. Ok. **Aprovado por unanimidade**”. **11.4 Frigorífico Chaparral Ltda., abate de**
1710 **animais de médio e grande porte, Divinópolis – Minas Gerais PA número**
1711 **00261/1995/005/2009, empreendimento de classe 5, o parecer é da SUPRAM Alto**
1712 **São Francisco, é pelo indeferimento, o responsável técnico é Ronaldo da Silva**
1713 **Monteiro.** – Camilo de Lelis – FEDERAMINAS – Pede vistas do processo e justifica
1714 que teve uma série de reuniões e gostaria de aprofundar mais no estudo do parecer que
1715 negou a conclusão da autorização da licença de renovação. Vista concedida ao
1716 conselheiro representante da FEDERAMINAS. **Item 13 Anulação de decisão**
1717 **administrativa de prorrogação de licença de instalação – 13.1 Brasical Indústria**



1718 de Transportes Ltda., extração de calcário DNP 83026/1980 Pains – Minas
1719 Gerais PA número 00120/1992/014/2002 é um empreendimento de classe 3, o
1720 parecer é da SUPRAM Alto São Francisco. Aprovado por unanimidade. Item 14.
1721 Assuntos Gerais. Roberto Soares Nogueira – Comitê do Rio Pará – “Eu queria aqui de
1722 público agradecer as manifestações do Dirceu do Camilo e do Lessandro a meu
1723 respeito está certo e eu estou muito feliz de estar de novo na mesa. Obrigado.” – Átila
1724 – FIEMG – Eu também gostaria de manifestar contra ao seu retorno eu acho que vai
1725 ser um ganho com certeza para o Conselho dado a sua dedicação o seu
1726 comparecimento em todas as reuniões mesmo não sendo conselheiro no período que
1727 teve, uma pessoa que está realmente tentando, quer contribuir com o meio ambiente na
1728 nossa região. Então seja bem vindo”. – Dirceu – CODEMA Pains – Só desejar a todos
1729 um feliz natal, um prospero ano novo, todos os companheiros aqui do COPAM, a
1730 equipe do SUPRAM, a equipe por vez que é muito competente, todos os presentes, os
1731 meu colegas de trabalho no centro de referência de revitalização do São Francisco e
1732 vamos aí torcer para que o ano de dois mil e dez seja um ano é, prospero não é, e que
1733 a unidade regional do COPAM Alto São Francisco continue evoluindo nessa
1734 velocidade que evoluiu no ano de dois mil e oito, dois mil e nove.” – Marcos Veloso –
1735 CREA – Arcos – Eu gostaria de dizer para o doutor Roberto que todos os conselheiros
1736 eu falo em nome de todos que não se pronunciaram quem cala consenti, todos nós
1737 estivemos de acordo com esse elogio que o senhor recebeu e desejar boas festas nesse
1738 final de ano e um bom ano novo para todos os conselheiros toda equipe e todos os
1739 presentes obrigado.” – Roberto Barbosa, presente – Bom eu gostaria de agradecer aos
1740 conselheiros ou conselheiras que participaram aqui com a gente esse ano não só em
1741 meu nome como em nome da secretaria de meio ambiente eu acho que em nome de
1742 toda sociedade mineira quiçá do Brasil não é , que o trabalho que é feito aqui é um
1743 trabalho, apesar de que claro cada um representa o seu segmento, mas é um trabalho
1744 pessoal de voluntariado, então a vocês todos muito obrigado inclusive pela
1745 contribuição que deram para o meu crescimento profissional e pessoal a gente está
1746 aqui aprendendo um sem fim de aprendizagem tá, é também desejar a todos e as
1747 famílias um Feliz Natal um ano de dois mil e dez mais profícua do que esse, que esse
1748 foi bom na melhoria continua o ano que vem tem que ser melhor, então a todos um
1749 abraço e eu declaro encerrado a sessão.”